



Assembleia Municipal de Vila Real



**ATA NÚMERO TRÊS**

**SESSÃO ORDINÁRIA**

**DE**

**28 DE ABRIL 2022**

----- No dia vinte e oito de abril de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Real, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Real, sob a presidência do seu Presidente, João Manuel Ferreira Gaspar (PS), coadjuvado por Henrique de Matos Morgado (PS) e Maria de Fátima Gonçalves Mouriz Correia (PS), respetivamente Primeiro e Segunda Secretários. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro (PSD), Carla Alexandra Ribeiro de Carvalho Martins (PS), Joana da Costa Lopes Gonçalves Rapazote (CDS-PP), Rodrigo Silva Monteiro de Campos e Sá (PS), André Miguel Sequeira de Sousa Abraão (PS), Pedro Fernando Seixas Leite da Silva (PSD), Ana Daniela Lourenço Alves (PS), Sónia Isaura dos Santos Lameirão (PSD), Gilberto Paulo Peixoto Igrejas (PS), Nuno Ricardo Meireles Gomes Durão Lopes (PS), Alina Maria Azevedo Sousa Vaz (PSD), Fernando Manuel Silveira Lopes (PS), Hugo Miguel dos Santos Afonso (PSD), José Monteiro dos Santos (PS), Tiago Pinto Ribeiro da Costa (Partido CHEGA), Olga Marina Peixoto Cardoso (PS), Maria José Félix Pinto Augusto Rebelo (CDS-PP), Octávio Martins Salgueiro (PS), Luís Filipe Borges Brigas (Presidente da Junta de Freguesia de Aباças - PS), Jorge Manuel do Souto Alves (Presidente da Freguesia de Andrães – PS), Ivo Miguel Fernandes Moreira (Presidente da Junta de Arroios -Mais e Melhor), Jorge Luís Jorge Maio (Presidente da Freguesia da Campeã- PS), João Filipe Magalhães Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Folhadela- PS), Paulo Alexandre Portela Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Guiães -PS), José Duarte de Carvalho Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo-Amar Lordelo), Alberto Lopes Gonçalves da Mota (Presidente da Junta de Freguesia de Mateus - PS), Félix Manuel Lourenço Salgado Touças (Presidente da Junta de Freguesia de Mondrões -PS), Paula Alexandra Gomes Gonçalves de Jesus Teixeira (PS), (Presidente da Junta de Freguesia de Parada de Cunhos -PS), José Maria Aires da Costa (Presidente da Junta de Freguesia de Torgueda – PS), Sandra Maria Guedes Teixeira Marcelino (Presidente da Junta de Freguesia de Vila Marim - PS), Carlos Alberto Pitrez dos Santos (Presidente da União de Freguesias Adoufe/Vilarinho da Samardã - PS), José Armando Ribeiro de Sousa (Presidente da União de Freguesias de Borbela/Lamas d’Olo - PS), Francisco José Moreiras Nogueira (Presidente da União de Freguesias Constantim/Vale de Nogueiras- PS), Hélder Albertino Carneiro Afonso (Presidente da União de Freguesias Mouços/Lamares -PS), Paulo Jorge Teixeira Ferreira (Presidente da União de Freguesias Nogueira /Ermida -PS), Francisco Alcino Varandas Coutinho (Presidente da União de Freguesias S. Tomé do Castelo/Justes- Sentir), Maria Adília Barrias Clemente (Presidente da União de Freguesias de Pena/Quintã/Vila Cova - Sempre); José Guedes da Silva (Vogal da Junta de Freguesia de Vila Real - PS). -----

----- **Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais.** -----

---- Carla Maria dos Santos Mourão (CDS-PP), por Maria José Félix Pinto Augusto Rebelo (CDS-PP). -----

---- José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo (PSD), por Sónia Isaura dos Santos Lameirão (PSD). -----

---- Face à suspensão de mandato justificado da deputada efetiva, **Helena Ferreira Fraga**, conforme o artigo 77º da Lei 169/99, na sua redação atual e o artigo 9º do nosso Regimento Municipal, **no período compreendido entre 18 de abril a 17 de Junho de 2022**, enquanto durar a suspensão, a Deputada Municipal será substituída, nos termos do artigo 13º do Regimento Municipal, por **Luís Daniel Perdigão Simões**". -----

---- Luís Daniel Perdigão Simões (Partido CHEGA), por Tiago Pinto Ribeiro da Costa (Partido CHEGA). -----

---- Manuel Adolfo Salgueiro Libório (Presidente da Junta de Freguesia de Folhadela- PS), por João Filipe Magalhães Gonçalves (Secretário da Junta de Freguesia de Folhadela) - PS.

---- Francisco José Ferreira da Rocha (Presidente da Freguesia de Vila Real- PS), por José Guedes da Silva (Vogal da Junta de Freguesia de Vila Real. -----

---- **Faltas Injustificadas: Não houve.** -----

---- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos. Pelos Senhores Vereadores do PS: Alexandre Manuel Mouta Favalos, Mara Lisa Minhava Domingues, Adriano António Pinto de Sousa, Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, e pelos Senhores Vereadores do PSD: Luís Manuel Tão de Sousa Barros e Nataniel Mário Alves Araújo. -----

---- **Hora de abertura:** Às vinte e uma horas, constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão ordinária. -----

## ORDEM DO DIA

**1º Ponto** - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**2º Ponto** - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do Município, referentes ao exercício de 2021, e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea l) do nº. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 18 de abril de 2022**).

**3º Ponto** - Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2022 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habituação, E.M., SA, ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (**deliberação da Câmara Municipal de 4 de abril de 2022**).

**4º Ponto** - Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2022 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, ao abrigo dos artigos 47º e 59º da Lei nº

50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 4 de abril de 2022).

### ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (JOÃO GASPAR):-** No uso da palavra, disse: Muito boa noite a todas e todos os Deputados desta Assembleia Municipal, cumprimentava também o Executivo Camarário aqui presente, desde a direita até à esquerda, na localização física, como é evidente. Vamos também cumprimentar as pessoas que em casa têm oportunidade de assistir a esta Assembleia Municipal, através dos meios disponíveis, a UTADTV, e aqui abro um parêntesis que estamos com problemas técnicos nesta transmissão. Estará a deslocar-se a caminho deste edifício um técnico para resolver este percalço no meio de transmissão. Cumprimentar também todos os órgãos de comunicação social aqui presentes e um abraço muito especial para os membros acompanhantes e solidários desta Mesa, o Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário e a Excelentíssima Senhora Segunda Secretária. -----

---- Assim, minhas queridas e meus queridos amigos vamos dar a conhecer a mobilidade entre Deputados. -----

---- Pedia à senhora Segunda Secretária, Fátima Mouriz, para que nos informasse sobre a mobilidade entre os Deputados Municipais desta mesma Assembleia, conforme já mencionado. -----

---- Dar também as boas vindas aos Deputados em substituição pelos Deputados que estão impossibilitados de comparecer e com o nosso acolhimento votos de um bom trabalho para todos. -----

---- Vamos colocar à votação a Ata de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, sessão ordinária. Depois do recebimento de sugestões/correções por parte dos intervenientes e posterior envio a todos os membros da Assembleia Municipal, colocamos à votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: - Aprovada por unanimidade a Ata de 28 de fevereiro de 2022. -----**

---- De seguida a Segunda Secretária vai dar conta do expediente recebido e expedido da Assembleia Municipal, do período de 28 de fevereiro a 28 de abril de dois mil e vinte e dois. -----

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (FÁTIMA MOURIZ) agradeceu e disse:**

**Expediente recebido de 28 fevereiro a 28 de abril de 2022**

Da Câmara Municipal de Vila Real

**Várlos convites**

. Da Liga dos Combatentes – Comemorações do 104º. Aniversário da Batalha de “La Lys” e o 97º. Aniversário do Núcleo. -----

. Do Comandante dos Bombeiros da Cruz Branca para a tomada de posse dos novos Corpos Sociais. -----

. Da UTAD- para a cerimónia de atribuição de Doutoramento Honoris Causa à Pintora Graça Morais no dia 11 de Maio na Aula Magna da UTAD e para a Sessão Solene Comemorativa do 36º aniversário da UTAD no dia 22 de Março. -----

. Comandante dos Bombeiros da Cruz Branca para a tomada de posse dos novos Corpos Sociais. -----

. Do Centro Cultural Lordelense, para o regresso aos palcos com a peça de Teatro “Haja Luz”, no dia 30 de Abril. -----

. Do Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, para o dia do RI 13 no dia 12 de Abril, e do Excelentíssimo Comandante do Regimento de Infantaria nº. 13 convite para a Celebração Pascal do Regimento no dia 21. -----

. Café- Concerto do Teatro Municipal de Vila Real – sob a gerência do “Maus Hábitos” a dar conhecimento dos vários programas nos meses de março e abril. -----

. **Serviço de Difusão a pedido do Grémio**

#### **Vários Convites**

##### **Outras entidades**

. Da Comissão Europeia – Conselheiro Diplomático de Bruxelas a agradecer o envio da Moção da Assembleia Municipal, relativa à invasão da Ucrânia. -----

. Manuel Ferreira Ramos a dar conhecimento da nota técnica sobre apresentação de informação orçamental e financeira municipal pelo auditor externo responsável pela certificação legal de contas. -----

. Do Gabinete do Primeiro Ministro a acusar a receção da Moção “Contra a Invasão criminosa da Ucrânia pela Federação Russa”. -----

. Do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP) a dar conhecimento da sessão em 17 de março em Vila Real, no Auditório do Municipal designada “Tratar o Cancro por tu”. -----

. De Paulo Amorim – Salão Ibérico de Equipamento para Adega de 22 a 24 de março em Valladolid, destinada a enólogos e vitivinicultores. -----

. Do Tribunal de Contas a dar conhecimento da notificação ordenada na decisão de recusa de homologação de conta de gerência de 2018. -----

##### **Expediente recebido/enviado**

. Relativo às atividades desenvolvidas sobre a preparação de Reuniões das Comissões Especializadas. -----

. Expedição de Convites, Ofícios e convocatórias para Representantes dos Grupos Parlamentares Municipais; Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos e Sessão Solene das Comemorações do 48º ano do 25 de Abril. -----

. Recebidas certidões e outros documentos da Câmara Municipal, sobre os assuntos desta Sessão. -----

. Expedição de pedido de autorização do espaço, transmissão e gravação em direto pela UTADTV relativamente a estas Sessões. -----

. Deputados Municipais a pedir documentos complementares à Ordem de Trabalhos desta Sessão. -----

. Pedidos de Substituições, vários. -----

---- Toda a correspondência fica sempre ao vosso dispor para consulta no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, se assim o desejarem. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passamos a informar, que recebemos nesta Mesa da Assembleia Municipal uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP de Vila Real pela Deputada Joana Rapazote “Por uma melhor divulgação do conteúdo dos documentos, planos, ações e eventos municipais”. -----

---- Deram entrada também vários votos de louvor que nós decidimos congregar num só, como é obrigatório. -----

---- Estes votos de louvor só vêm demonstrar a vontade e até o consenso relativamente a este voto de louvor, que é sempre de referenciar e de se anotar porque são várias as manifestações acerca deste assunto. -----

---- Vamos votar a admissibilidade da proposta. -----

---- **DELIBERAÇÃO: A proposta foi aceite por unanimidade.** -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Pedia o favor à Senhora Deputada Joana Rapazote que viesse ler a proposta. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: Muito boa noite ao nosso auditório. É um prazer estar aqui hoje a comunicar nesta tribuna, sem máscara, acho que é um bom sinal ou um bom avanço, facilita a comunicação entre nós desta Assembleia Executivo Municipal, mas também a quem assiste a esta sessão lá em casa e aqui nos Paços do Concelho. -----

---- Eu vou começar a ler a fundamentação, proposta que está desagregada da mesma, depois leio a proposta para que seja votada. -----

---- Passo a ler a proposta “por uma melhor divulgação do conteúdo dos documentos, planos, ações e eventos municipais”. -----

---- «Excelentíssimos Senhores, na sessão extraordinária de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, esta assembleia municipal reuniu para nos pronunciarmos para a intenção de candidatura “Vila Real Capital Europeia da Cultura 2027”. -----

---- À data o CDS concluiu a sua intervenção e passo a citar “*Sr. Presidente da Câmara, Srs. Deputados, só devemos concorrer se à partida vislumbrarmos a real possibilidade de Vila Real poder ser a Capital Europeia da Cultura 2027.* -----

---- *Queremos convictamente acreditar que a Câmara Municipal já tem estes e outros riscos acautelados e que o dossier de candidatura dá uma resposta cabal e argumentos*

vencedores aos critérios elencados, pois só desta forma faz sentido o avultado investimento numa candidatura desta natureza. -----

--- Assim, esperamos que seja enviado a esta Assembleia, nas próximas semanas a proposta da candidatura, o dossier, com todas as questões de fundo esclarecidas nomeadamente: a estratégia, o plano, os compromissos a assumir, a estrutura necessária, o orçamento, entre outros. -----

--- Note-se que hoje (à data) fomos chamados a pronunciarmo-nos sobre a **Intenção de candidatura e sobre essa, Srs. Deputados, consideramos ser da máxima relevância para o município, Vila Real aspirar a ser Capital Europeia da Cultura 2027**". -----

--- Bom, trazemos este assunto novamente a esta tribuna porque não é fácil aceder a determinado tipo de documentos em determinados contextos. -----

--- Tal é verdade para o comum dos cidadãos, como para nós, Grupo Parlamentar do CDS-PP na Assembleia de Vila Real, que havíamos objetiva e ativamente pedido estes documentos. -----

--- E então a proposta que pretende ir muito além disto e, numa ótica de ajudar o Município a encontrar uma forma de melhor divulgar as suas ações, vou passar a ler: ---  
"Por uma melhor divulgação do conteúdo dos documentos, planos, ações e eventos municipais". -----

--- O CDS-PP vem por este meio propor uma melhor divulgação dos conteúdos dos documentos, compromissos ou outros assuntos de interesse municipal, tais como planos estratégicos, planos de ação, bem como, dos eventos e outras iniciativas em que os mesmos são apresentados sendo que para o efeito: -----

- Propomos objetivamente que as sessões sejam gravadas e disponibilizadas "em offline" para que os cidadãos possam assistir aos mesmos, em momentos que lhes sejam mais oportunos ou convenientes. Acreditamos que desta forma é possível promover um maior envolvimento da comunidade nos assuntos do Município. -----

- Propomos que os *links* dessas ações e dos documentos de suporte ou em discussão, sejam partilhados nos canais digitais oficiais do Município, nomeadamente no site, em tempo útil (quando estão a decorrer) e de forma bem "visível". -----

- Por fim propomos que se faça a sua divulgação nas redes sociais ativas do Município para o maior alcance da informação. -----

--- Exortamos o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real a que a presente proposta seja desde já acolhida e aplicada à iniciativa (em falta) no âmbito da apresentação do Plano de Ação do Plano Estratégico Municipal da Cultura que se encontram a decorrer esta semana, no Museu da Vila Velha. -----

--- Acreditamos que com esta proposta podemos progressivamente aumentar a audiência e participação pública, tão importante para a recolha de ideias e contributos dos cidadãos. -----

Vila Real, 28 abril de 2022» -----

--- Senhor Presidente, só para objetivar, são três pontos: -----

. Gravar e disponibilizar offline, -----

. Que esses *links* estejam no site oficial, -----  
. E que esses *links* ou esse site oficial, que é o nosso site do Município, que a divulgação desses links seja feita nas redes sociais. -----  
---- Esta proposta foi feita pelo CDS de forma a poder ser aprovada por todos. As razões que nos levaram a apresentar esta aplicou-se a muitos outros que todos podemos discutir. -----  
---- Portanto, não vemos razão para que não possa ser aprovada, o contributo para a melhoria é uma ação positiva, como o Senhor Presidente da Câmara gosta que a gente se apresente aqui com ações positivas. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Abrimos a discussão à Assembleia sobre esta proposta. Já temos uma Inscrição. Senhor Deputado Rodrigo Sá faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente, Senhora e Senhor Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara demais Membros do Executivo. -----

---- Caras e Caros Deputados Municipais, todos aqueles que nos acompanham aqui e lá em casa. -----

---- Aquilo que o CDS nos traz aqui é uma proposta que parece uma proposta consensual, mas de facto, é uma proposta que é vazia porque o CDS não conhece quais os meios do Município de Vila Real. E, por outro lado, nós temos um Executivo eleito, que esse sim conhece os serviços municipais, conhece os meios que tem à disposição e a capacidade que tem ou não em cada momento disponibilizar informação. -----

---- Quanto a algumas críticas que foram aqui estabelecidas em relação a alguns documentos em concreto, eu sei por experiência própria, que eles estão disponíveis no *site* do município de Vila Real. -----

---- Penso que, a Senhora Deputada não os terá encontrado ou não os terá procurado, mas eles estão lá. E, portanto, acho que não faz sentido nesta altura estar a aprovar esta proposta, acho que o CDS-PP se tiver propostas concretas em relação à disponibilização desta documentação e da informação, pode e deve fazê-la chegar ao Executivo Municipal. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Informo que já temos a operacionalidade dos meios áudio ao serviço desta Assembleia, já me foi dado sinal. Mais alguém deseja usar da palavra? Senhor Presidente faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua pessoa cumprimento toda a Mesa desta Assembleia Municipal. -----



---- Cumprimento também os meus colegas do Executivo, os Membros da Assembleia Municipal, Senhores Presidentes de Junta. -----

---- Cumprimento também aqueles que assistem aqui a esta Assembleia Municipal e aqueles que a partir de casa de forma direta, sem ser gravada, acompanham esta Assembleia Municipal com total transparência, abertura e que estão disponíveis para avaliar o trabalho que aqui se faz, sem que depois possa haver qualquer tipo de manipulação. -----

---- Veem de forma direta aquilo que é o trabalho da Assembleia Municipal. Lembro que já foi uma inovação que trouxemos a partir de dois mil e treze. -----

---- Senhora Deputada falou aqui em algumas questões ligadas à Candidatura Capital da Cultura e relativas ao Plano Estratégico para a Cultura. -----

---- Eu vou passar a palavra, com autorização do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Senhora Vereadora Mara Minhava. -----

---- Mas antes disso quero-lhe dizer uma coisa, como é que alguém fala em participação, utiliza até o exemplo do Plano Estratégico da Cultura, tendo estado este plano um mês publicado e à disposição de todos e o contributo que deu para este plano foi zero, zero.

---- E, portanto, depois dizem que não sabia que o plano estava em discussão pública, não tinha ideia que o plano estava em discussão pública. Se isso aconteceu é porque não esteve presente na apresentação da estratégia, não esteve atenta aos documentos divulgados. E depois vem aqui como que insinuar que falta informação aos Municípios para acompanharem o trabalho, quer do Executivo Municipal, quer da Assembleia Municipal, quer dos documentos que entretanto são produzidos. -----

---- Nada disso acontece, bem pelo contrário e, portanto, Senhora Deputada parece-me que a sua proposta, percebo a sua intenção, mas não é exequível. -----

---- Vou passar a palavra, se o Senhor Presidente autorizar, respondeu o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, com certeza, faça o favor. À Senhora Vereadora Mara Minhava. -----

---- **A VEREADORA MUNICIPAL (MARA MINHAVA)** agradeceu e disse: Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e na sua pessoa os demais elementos da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Deputados aqui presentes, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, UTADTV, comunicação social, um cumprimento especial para quem nos acompanha lá de casa através da UTADTV. -----

---- Se eu bem percebi, a primeira questão que a Senhora Deputada colocou prendia-se com o facto de terem colocado questões relativamente aos diferentes eixos que tínhamos que preencher para a candidatura em outubro. -----

---- Ora, nessa altura não podíamos dar-vos essa informação por uma razão muito simples, a candidatura estava a ser construída. -----

---- Mais, nessa altura, nessa assembleia o que foi votado não foi a qualidade da candidatura, foi a intenção do Município de Vila Real se candidatar à Capital Europeia da Cultura. E eu disse-vos nesse dia, o Senhor Presidente também, reiteramos isso algumas

vezes, aliás eu recordo-me que comecei por dizer isso, que era importante, que era um dos requisitos para a candidatura, que ela se apresentasse com o amplo apoio político e fazermos prova disso. E como é que fazia prova disso? Com aprovação na reunião de Câmara que tivemos e com aprovação da Assembleia Municipal da intenção de candidatura, não da qualidade da candidatura, são assuntos diferentes. -----

---- Outra questão penso que percebi bem e dizia que queria ter tido mais informação sobre o Plano Estratégico e também referiu o Plano de Ação. -----

---- O Plano Estratégico foi apresentado precisamente porque entendemos que devíamos convidar todo o ecossistema cultural a conhecê-lo, precisamente antes de ele ir para discussão pública. Podíamos tê-lo colocado em discussão pública simplesmente, fazer o que fizemos à posteriori, anúncios no jornal, nos locais de estilo habituais e não dizer mais nada. Mas entendemos que vos devíamos isso, a vós e a toda a comunidade. -----

---- E nessa reunião, não me recordo se a Senhora Deputada esteve presente, explicamos precisamente isso. E também explicamos que depois desta fase é que iríamos construir o Plano de Ação. Logo, nunca vos podia ter chegado um documento que iria ser construído por vós e por nós. -----

---- Relativamente à questão dos *links*, o Senhor Deputado Rodrigo Sá já explicou, eles estão disponíveis no site. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhora Deputada Joana Rapazote faça o favor. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: Agradeço tão detalhada informação, foi essencialmente útil para quem está lá em casa.

---- Permitam-me só que esclareça que efetivamente eu percebi que só aprovamos a intenção e também pedi que facultassem os demais documentos em relação à Capital Europeia da Cultura à data, é fácil consultar a ata. -----

---- À posteriori de dezoito de abril até à semana passada não estava nada no site, portanto nunca foi partilhado. -----

---- Eu penso que a Mesa da Assembleia e os serviços não devem ter recebido essa informação apesar de ela ter ficado lavrada em ata, como solicitada. Pelo menos há minha mão não me chegaram e das pesquisas intensivas que eu fiz no *site* ao longo dos tempos também não encontrei esses links, parecem-me importantes. -----

---- Ó Senhor Presidente, certo, eu posso não saber pesquisar, mas depois também não podemos achar que as pessoas não participam, se os documentos não estão de fácil acesso, porque é muito fácil colocar documentos pouco acessíveis nos *sites*, nas plataformas. Mas também podemos usar aquilo que usamos ativamente para publicar fotografias e para publicar documentos e *links* para os sites. É uma boa prática, e, sim, não teve propostas para o Plano Estratégico da Cultura e se calhar deveriam fazer um juízo do porquê que não tiveram nenhum contributo. É de estranhar que não haja nenhum contributo para o Plano Estratégico da Cultura. -----

---- Nenhum cidadão é obrigado apresentar, mas se se sentirem confortáveis com essas matérias, podem e devem poder apresentá-los. Para isso, deveriam poder ter um sítio onde esteja visível, bem visível a todo o momento. -----

---- O que eu questioneei foi em relação ao Plano de Ação, está a ser apresentado esta semana, e que o Plano Estratégico o interessante discutir ou avaliar num Plano Estratégico é o eventual Plano de Ação. -----

---- Portanto, temos que recolher os contributos certos, isto é a minha opinião, opinião do CDS e é essa que eu estou a veicular aqui. -----

---- Portanto, o que nós propomos é tão simples quanto *links* para a informação, disponibilizar offline como imensas câmaras e organismos fazem dos eventos. -----

---- Apresenta-se um Plano Estratégico, um PEDU, um Plano de Ordenamento, vamos divulgar isto a seguir em *offline*, para que as pessoas que não têm disponibilidade de ir fisicamente a um determinado evento ou naquele momento, possam assistir mais tarde. É uma proposta inócua. A sua vontade de não aprovar é que falará sobre si e não sobre nós que estamos a propor. -----

---- O que queremos será também que os sites e o facebook sejam utilizados para esse fim específico que é divulgar os links onde estão essas informações, torná-las acessíveis ao público e aos Municípios para promoverem aquilo que é o querer de todos que é a participação pública na gestão do Município e dos interesses. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor Senhor Deputado Rodrigo Sá. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS):** - No uso da palavra, disse: Nem fui eu porque não estava a conseguir aceder no meu telefone, foi a minha colega Ana Daniela Alves que me emprestou o telefone dela. Imagine-se entrando no *site* do Município de Vila Real, existe uma parte que diz, participar. -----

---- Entrando nessa parte que diz, participar, há um outro separador que diz, discussão pública, os termos podem induzir em erro, quando se anda à procura de algo que está em discussão pública, ir ao separador que diz discussão pública.

---- Mas, de facto, entrando no separador que diz discussão pública, a primeira entrada diz plano estratégico municipal de cultura Vila Real 2030. -----

---- E, portanto, Senhora Deputada o plano de ação está a ser construído, Senhora Deputada, como já lhe foi explicado. Como já lhe foi explicado, a Senhora Vereadora tem estado a recolher contributos do ecossistema cultural todos os dias, ainda ontem, hoje não evidentemente, para a construção do plano de ação, que vai integrar o plano estratégico. Afinal, está, está um pouco escondido naquela parte que diz discussão pública. -----

---- Mas, de facto, o plano que esteve em discussão pública durante um mês, para o qual, infelizmente a Senhora Deputada não contribuiu, apesar de agora achar que gostava de

ter contribuído. Olhe se calhar ainda vai a tempo de contribuir para o plano de ação. Muito obrigado. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Senhor Presidente faça o favor. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradeceu e disse: Era só para reforçar a ideia que é esta. -----

---- Tudo aquilo que a Senhora Deputada aqui veio solicitar já está a funcionar. Tudo, rigorosamente tudo. A única coisa que não está é a gravação das Assembleias Municipais. E sabe porque é que não está? Porque a experiência que nós temos de sistemas análogos onde estas coisas foram gravadas e disponibilizadas houve depois utilização indevida das imagens e não queremos correr esse risco. Quem quiser assiste diretamente, acho que é claro que todos os cidadãos podem assistir às nossas Assembleia Municipais. -----

---- Sobre o resto da documentação está toda disponível, os *links* estão disponíveis, é tudo muito claro muito transparente. -----

---- O Plano de Ação está a ser construído obviamente ainda não está lá. Amanhã há uma reunião com alguns agentes do ecossistema cultural, ontem houve, antes de ontem houve. Portanto, estará quando o documento estiver pronto, não se pode colocar um documento *online* sem ele estar concluído. -----

---- Talvez o CDS o tenha conseguido fazer e por isso é que teve os resultados que teve, nós não conseguimos fazer isso. Não conseguimos antecipar a publicação de documentos que ainda não existem, nem estão concluídos, infelizmente não conseguimos fazer isso.

---- O CDS pela prática política que leva que é a dos “casos” a dos “casinhos”, depois acontece aquilo que aconteceu e desapareceu da Assembleia da República. -----

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Deputado André Abraão faça o favor. -----

----- O DEPUTADO MUNICIPAL ANDRÉ ABRAÃO (PS): - No uso da palavra, disse: Muito boa noite, Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a restante Mesa. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e o restante Executivo. Todos os Deputados da Assembleia Municipal, também os que nos acompanham presencialmente ou *online*. Comunicação social e demais Vila-realenses. -----

---- Deixe-me dizer, Senhora Deputada, que esta proposta que apresentou veio prestar um mau serviço à Assembleia Municipal, prestar um mau serviço ao CDS-PP e àquilo que é o funcionamento democrático. -----

---- Por três grandes razões, diria: -----

---- Em primeiro lugar, com base naquilo que já foi referido pelo Senhor Presidente, a informação está disponível *online*, houve sessões de apresentação pública, não sei se o

CDS esteve presente, mas deveria ter estado presente, olhe a bancada do Partido Socialista e o Executivo esteve presente e pôde participar. -----

--- E, portanto, com base neste manto de opacidade que veio trazer aqui, veio culpabilizar aquilo que foi um erro crasso do CDS, a falta de presença e a falta de participação. -----

---- A fraca representatividade na Assembleia da República e também na Assembleia Municipal podem ser combatidas com isso, uma maior participação, uma maior atividade. -----

---- Em segundo plano, eu diria que decisões em democracia mais participadas são melhores decisões. -----

--- E antes de trazer uma proposta deste tipo sobre o funcionamento da Assembleia Municipal penso que seria plausível e seria benéfico falar primeiro com os grupos parlamentares, procurar saber o que os grupos parlamentares pensam sobre isso, falar com os serviços da Câmara Municipal, falar também com a UTADTV, pois não o fez, é uma proposta unívoca do CDS sem recolher qualquer tipo de contributo. -----

--- E uma terceira razão, a simplicidade das propostas que apresentou, tem algum curso associado, de que forma vai fazer essa apresentação, de que forma irá ficar gravada, que sistema nós iremos implementar? Estas são propostas básicas Senhora Deputada, esta Assembleia Municipal exige um pouco mais de trabalho e um pouco mais de seriedade, estas propostas não demonstram isso. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhora Deputada Joana Rapazote faça o favor. -----

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, pode acusar de muita coisa não de falta de seriedade, não de falta de atenção ou de a possibilidade de apresentar a proposta que o CDS bem entender. -----

---- Não estão nem nunca vi disponibilizadas as gravações da apresentação do PEDU do Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano, não vi uma série de discussões do PDM em *offline*, nunca foi possível consultar esses documentos no momento em que estão a ser feitas as apresentações públicas, nem nas horas e dias imediatamente subsequentes. -----

--- Sim, Senhor Presidente da Câmara, escusa de dizer que não vale a pena, vale a pena porque quem não participa e o Senhor Deputado Rodrigo Sá veio aqui dizer, vai ao separador participar abre a página discussão pública e encontra lá o que está em discussão pública. -----

--- Não, Senhor Presidente, a página de abertura do *site*, se temos um assunto tão importante, não, não, no momento em que ele é importante ele deve ser divulgado com os links e os documentos nas páginas principais porque são os assuntos importantes que são indicadas as apresentações, as respetivas documentações também devem lá estar e serem acessíveis. -----

--- Quem não tiver a possibilidade de ir ao Teatro assistir à apresentação do Plano Estratégico ou do PEDU ou de outro documento pode ver o que é que aconteceu, pode ver o que é que aconteceu. E disto não vem nenhum mal ao mundo e essa parte não é -----

feita e no facebook também não são divulgados os *links* para essa documentação quando ela está a ser apresentada, quando ela é útil para as pessoas, quando as pessoas querem saber mais sobre ela. -----

---- E, isto sim é fundamental e, portanto, propomos e mantemos a nossa proposta porque nos parece bastante relevante e de interesse para o cidadão em comum. -----

---- O que o CDS participa ou não participa compete aos militantes do CDS avaliar e aos eleitores em sede própria. Certamente o Senhor Deputado será avaliado pelos seus eleitores e pelos militantes do seu partido. -----

---- Portanto, agradeço o juízo que faz mas ficará consigo. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor Senhor Deputado Rodrigo Sá. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, de facto, o Deputado André Abraão será avaliado e será validado enquanto Deputado pelos eleitores Vila-realenses. -----

---- Ao contrário da Deputada Joana Rapazote que foi integrada numa coligação que desfez no primeiro dia a seguir a ter enganado os Vila-realenses, apresentando um projeto político que afinal não era, que afinal não era. -----

---- O Vila Real à Frente não era, afinal era o Vila Real para cada lado. Portanto, ao contrário de todos os Deputados do Partido Socialista que aqui estão presentes, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, de facto, as duas Deputadas, parabéns pelo negócio Senhora Deputada, as duas Deputadas que o CDS conseguiram impor ao PSD para aquela coligação fantástica foi um excelente negócio e não foram avaliadas pelos cidadãos e pelos eleitores Vila-realenses. -----

---- Isto que começou por ser uma discussão sobre disponibilização de informação de repente tornou-se numa discussão sobre designe, web designe, páginas de abertura, etc..

---- Eu fico muito contente por perceber que a Deputada Joana Rapazote é especialista na área e volto a dizer aquilo que disse no início, talvez pudesse fazer chegar algumas sugestões ao Município, agora aqui vir tentar lançar lama sobre aquilo que é o funcionamento da divulgação de informação do Município, que eu penso que todos concordaremos, nunca foi como é agora. -----

---- Aliás o melhor exemplo está no Plano de Ação, o Plano de Ação que está a ser participado com sessões públicas para as quais foram convidadas todos os Vila-realenses que quiserem participar. -----

---- Senhora Vereadora, a Senhora Deputada já foi? Ainda tem uma oportunidade amanhã, penso eu. -----

---- Eu compreendo, o CDS gostava de ver em deferido as gravações nas redes sociais, uma vez, que não está presente nas sessões em direto, não está presente presencialmente, não contribui para as discussões, não contribui para as soluções. Senhora Deputada acho

que podemos fazer melhor do que isso, acho que o CDS pode fazer melhor do que isso. Muito obrigado. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: Senhores Deputados vamos passar à votação. -----

----- DELIBERAÇÃO: A proposta foi rejeitada.

**Apuramento dos Votos:** 40 presenças de 41 membros efetivos

**Contra:** 32 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS.

**Abstenções:** 5 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PSD.

**A favor:** 3 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do Partido CHEGA e CDS-PP

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e disse: De seguida, vamos contextualizar os votos de louvor que foram unificados num só. E este voto de louvor que é respeitante à nossa concidadã Maria de Lurdes Ribeiro Ferreira, mais conhecida pela “Lurdinhas” a nossa bem conhecida funcionária desta Assembleia Municipal. -----

--- Este voto de louvor foi subscrito por todas as bancadas desta Assembleia Municipal como demonstração de carinho, como demonstração de admiração e como atributo de competência, que foi desenvolvida e foi realizada durante estes longos anos num verdadeiro record, merecedor de qualquer listagem a nível mundial, muito difícil de igualar por quem quer que seja, sem quaisquer limites. -----

--- Passo a ler o voto de louvor, se assim o permitirem, evidentemente. Este voto de louvor foi manuscrito pelo Deputado Pedro Seixas, bancada do PSD. -----

--- «A 18 de junho de 1974 iniciou funções na Câmara Municipal de Vila Real, Maria de Lurdes Ribeiro Ferreira, dia simbolicamente dado à “Árvore da Vida”, alusivo à vida eterna e à longevidade, sabedoria e força. -----

--- Após ter exercido funções em vários serviços administrativos do órgão executivo autárquico, desde 1993 que presta a sua atividade no órgão deliberativo, a Assembleia Municipal. -----

--- Ao longo de 48 anos de serviço público é-lhe atribuído o estatuto de aposentadoria a partir de 1 de maio deste ano, tendo o Diário da República distinguido o seu mérito como trabalhadora no dia Internacionalmente consagrado ao trabalho. -----

--- Nesta última sessão da Assembleia Municipal onde presta funções públicas, cumpre dar testemunho às qualidades, que não se resumem à esfera profissional da sua categoria de coordenadora técnica. Quem com ela teve oportunidade de privar, e foram muitos cidadãos, reconhece com facilidade muitas outras das suas capacidades pessoais, tais como a lealdade, a honradez, a informalidade cortês no trato, a afabilidade, a tenacidade, o desejo de estabelecer consensos e a sua extrema dedicação às causas que abraça, nunca se negando ao trabalho fora de horas. -----

--- Lurdes Ferreira é uma pessoa cativante, marca pelo empenho e pelo respeito pelo outro e pela forma como partilha conhecimento do mester organizativo do Gabinete da

*Assembleia Municipal, alegre e de bem com a vida. Perante a adversidade, mantém o ânimo, ri, sorri, retribui, anedotiza, “autocaricaturiza”, elogia, desmistifica e multiplica bem-estar à sua volta. -----*

*---- Personalidade frontal, por vezes desconcertante, assume as suas raízes de forma autêntica, sem rodeios ou fingimentos. Assume-as até com certa militância. -----*

*---- Foi um prazer e um privilégio termo-nos cruzado com Lurdes Ferreira, a “Lurdinhas” e desejamos que continue com a sua alegria, com os seus conhecimentos e com a sua maneira de estar na vida daqueles que, à semelhança do que aconteceu com muitos nós, se irão cruzar com ela. -----*

*---- Lurdes Ferreira, aprendeu a viver e a conviver com as diferenças, procurando fomentar o diálogo, promover entendimentos. Muitos de nós testemunhamos isso inúmeras vezes no trabalho autárquico e nas suas relações pessoais. -----*

*---- A lealdade para com os Presidentes, elementos das Mesas e Membros Municipais é um traço marcante do seu carácter profissional. -----*

*--- Por tudo isto, Maria de Lurdes Ribeiro Ferreira é merecedora da nossa estima e voto de louvor pelo rasto inspirador aos cidadãos eleitos e concidadãos de Vila Real. -----*

*Assembleia Municipal de Vila Real, 28 de abril de 2022 -----*

*Os Membros da AMVR» -----*

*---- Pedia que viesses à Mesa para te darmos este ramo de flores como reconhecimento e gratidão pela forma de estar e pela tua atitude. E também, Lurdinhas, para ficares com uma recordação de todos nós, da Assembleia Municipal, aqui está uma lembrança que todos nós partilhamos, para te entregar neste dia e para teres sempre junto de ti e para te lembrares destas caras bonitas que aqui estão. -----*

**---- MARIA DE LURDES RIBEIRO FERREIRA** disse: Vocês são maus, eu não contava com isto, eu não sei falar, não sei dizer discursos bonitos, só sei dizer que foi uma vida que passei nesta casa, alegre, sou uma mulher feliz, fui uma funcionária muito feliz na Câmara de Vila Real, tive momentos menos bons, a maior parte os momentos foram muito bons, muito alegre, participei em muita coisa bonita na Câmara de Vila Real. -----

*---- Vou com todos que estão aqui no coração e muitos mais que estão do lado de lá, que já me presentearam com mensagens de carinho. Sinto-me uma mulher muito feliz e sinto que sou melhor do que aquilo que eu pensava que era. -----*

*---- Eu hoje digo que sou melhor do que aquilo que eu pensava que era, muita manifestação de carinho de muitos Deputados Municipais que já não trabalham comigo há muitos anos, manifestaram-se hoje, ontem ao ponto de virem aqui trazerem-me lembranças gravadas com o meu nome, isto leva-me a dizer que eu afinal sou boa pessoa. -----*

*---- E peço desculpa àqueles Deputados Municipais que levo no coração todos os que estão aqui e os que estão lá, e os que já passaram há muitos anos, peço desculpa por alguma coisa que tenha corrido menos bem. -----*

*---- Mas aquilo que eu fiz, fiz com a sensação que estava a fazer sempre o bem, nunca prejudicando ninguém, nunca prejudicando terceiros, nunca prejudicando colegas. Fui*



sempre séria, frontal e leal e vou continuar a ser. A todos os que estão aqui e a todos que estão em casa a ouvir, com quem eu já trabalhei, a Lurdes está cá sempre, sempre a mesma Lurdes, se tiver que abordar, aborda, se não tiver... contem comigo. -----

---- Senhores Vereadores, Senhor Presidente gostaria de dar uma palavrinha especial a cada um, mas é impossível, não posso, vão todos comigo no coração. -----

---- A Mesa, Senhor Doutor Henrique Morgado, senhor Presidente peço desculpa por muitas vezes pelos meus excessos, se calhar excesso de zelo mas pronto, eu sou assim. Eu não tenho tempo, eu não sou nenhum partido eu não tenho tempo, acabou. Sou muito feliz, levo um bocadinho disto que é a minha casa quase de cinquenta anos. Muito obrigada, muito obrigada, levo-vos a todos no coração e contem comigo, se precisarem de mim eu sou sempre a mesma Lurdes com asneira sem asneiras, brincadeiras menos brincadeiras, estou cá sempre que precisarem de mim, muito obrigado. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Depois deste momento de reconhecimento e de gratidão e deste voto de louvor, vamos passar abertura do período dedicado a assuntos gerais da autarquia e do concelho. -----

---- Este período pode durar uma hora e prolongado por mais meia hora se a assembleia o deliberar. Senhoras e Senhores Deputados podem colocar as vossas perguntas ou fazerem as intervenções políticas que assim o desejarem, o Senhor Presidente da Câmara responderá no final deste período. -----

--- Estão abertas as inscrições, inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. Faça o favor Senhor Deputado Tiago do Partido CHEGA. -----

--- **O DEPUTADO MUNICIPAL TIAGO COSTA (Partido CHEGA):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente da Assembleia permita-me que o cumprimente e na sua pessoa toda a Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo, Excelentíssimos Senhores Vereadores e Senhora Vereadora. Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais. Público aqui presente e o público que assiste lá em casa, um boa noite a todos. -----

---- O Partido CHEGA incumbiu-me de vir aqui pedir um profundo pedido de desculpas, pela nossa ausência na sessão comemorativa dos 48 anos do 25 de Abril. E estou a pedir-vos desculpas a vocês Deputados, às pessoas lá em casa, a todos os Vila-realenses. -----

--- Fizemos todos os esforços e com certeza que há e o Excelentíssimo Senhor Presidente será testemunha disso, fizemos todos os esforços para estar presentes, mas não foi possível. Não podíamos deixar passar uma data tão importante para a democracia portuguesa e esperemos que no futuro não volte acontecer. -----

---- Com certeza que não vai acontecer e a todos vós o nosso pedido de desculpas. Muito obrigado. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL PEDRO SEIXAS (PSD):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente na sua pessoa cumprimento a restante Mesa. Senhor Presidente da Câmara

na sua pessoa cumprimento os restantes Vereadores. Senhores Deputados muito boa noite e que assiste pela UTADTV. -----

---- No dia doze de abril tivemos o conhecimento que o Tribunal de Contas recusou o visto de empréstimo de quinze, vírgula cinco milhões de euros para a construção das piscinas no complexo do Codessais. -----

---- E recusou porque entende que em dois mil e vinte e dois, o Município de Vila Real representa uma margem de endividamento que não permite acomodar o empréstimo contratado. -----

---- Recordamos que na Assembleia Municipal de dezembro de dois mil e vinte e um, foi aprovado na Assembleia Municipal com os votos contra do PSD a contratação deste empréstimo, com a justificação que a norma existente para o endividamento dos Municípios tinha sido revogada, no âmbito das medidas excecionais para as autarquias devido à Pandemia de Covid-19. -----

---- Procedo porém, que é entendimento do Tribunal de Contas que a norma travão tem de ser aplicada em dois mil e vinte e dois, data em que o pedido de visto foi apreciado pelo Tribunal. -----

---- Apesar do Senhor Presidente ter referido à comunicação social e passamos a citar: “A Câmara Municipal considera que, quer aprovação do empréstimo pelos órgãos municipais, quer a assinatura do contrato, constituição bancária vencedora do concurso público para este empréstimo ocorreu em dois mil e vinte e um, logo não deveriam ter sido afetadas pela existência do orçamento de estado em dois mil e vinte e dois, e, é por este motivo que vai e está a recorrer desta decisão”. -----

---- No entanto, uma leitura atenta da decisão, do acórdão, o Tribunal de Contas refere o seguinte e que passamos a citar: “Porém o Município sabia que o contrato, conforme do mesmo expressamente consta e decorre do disposto do artigo 45º, nº 4 da lei de organização e processo do Tribunal de Contas, não produzia nem podia produzir quaisquer efeitos antes do visto”. Refere ainda esta decisão, “no presente caso a falta de margem disponível de endividamento à data que o contrato é apreciado e poderia produzir efeitos para acomodar o montante referentemente contratado, acarreta a violação do artigo 52º nº 3, alínea b) do regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais. Norma que tem indiscutida natureza financeira e, como tal, constitui só por si motivo para recusa de visto ao contrato em apreciação”. -----

---- No entanto o Tribunal de Contas vai mais longe na sua apreciação e passamos a citar: “no ponto 48, a prevista capitalização de juros é suscetível de acarretar obrigação de pagamento de juros sobre juros, não previstos na autorização pedida à Assembleia Municipal, dando origem a despesa não prevista e não permitida por lei, sendo nula a cláusula do contrato que a permite. -----

---- Tal ilegalidade repercute-se na deliberação da Câmara Municipal que aprovou a contratação e a minuta do contrato. Nula por autorizar a realização de despesas não permitidas por lei, conforme cominação estabelecida do número 2 do artigo 4 da referida lei. -----

---- Esta nulidade que se obtém ainda por força no disposto do número 59, nº 2, alínea c), no regime jurídico das autarquias locais aprovado pela lei nº 75/2013”. -----

---- Ora, quanto a este ponto o Senhor Presidente da Câmara não mencionou à comunicação social e, consideramos que é sobre este que deverá justificar. -----

---- Senhor Presidente, eu concordo consigo quando diz que este projeto é estrutural para a Cidade de Vila Real, concordo consigo quando diz que a autarquia tem contas saudáveis, herdadas ainda do tempo do PSD, acrescentamos nós. -----

---- Como já tivemos oportunidade de mencionara nesta Assembleia Municipal somos favoráveis à criação de condições que levem a uma revitalização e transformação do espaço de lazer do Codessais. Não estivemos nem estamos de acordo quanto à forma de financiamento, como já bem o dissemos. No entanto, esperamos que o tempo não nos venha dar razão e que o recurso que já foi propalado e esperamos que intentado pelo Executivo venha a ter o desejado provimento. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD):** - No uso da palavra, disse: Senhor Presidente da Mesa, restantes membros, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores funcionários da Autarquia, da UTADTV, jornalistas aqui presentes, e público que assiste aqui e a partir de casa. -----

---- Antes de mais há aqui um pedido de esclarecimento que nós queríamos pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que se deve a dois compromissos, que houve no passado do envio de duas respostas por escrito, que até hoje ainda não recebemos. -----

---- Uma dizia respeito, e ficou escrita na ata da última reunião de vinte e oito de fevereiro, que tinha a ver com a informação relativa ao prazo da conclusão da obra denominada RI13/quartel/continente, vem na página 26 da ata da reunião de 28/02/22. -----

---- E o segundo pedido também da informação por escrito e tem a ver com Relatório final da participação do município na Expo Dubai, também foi um compromisso assumido na reunião de 27/12/21. O compromisso seria após o término da exposição, a exposição terminou em março e até hoje também não recebemos qualquer comunicação por escrito. -----

---- Bom, feito estes reparos vamos para o assunto que nos trouxe aqui. -----

---- Obras: -----

---- Há uma frase dita pelo Senhor Presidente da Câmara que ficou registada na ata da última reunião de 28/02 que é necessário clarificar e esclarecer. Disse e ficou registado em ata o Senhor Presidente: “...*Este ataque permanente, constante aos trabalhadores da autarquia é terrível, eles não merecem, não merecem. Não merecem que a bancada do PSD a cada Assembleia que passa que os ataque permanentemente, porquê? Porque eles fazem o seu melhor, fazem o melhor para que os empreiteiros, para que quem de direito conclua as obras.*” -----

---- Senhor Presidente não é com este discurso intimidatório que nos demove a denunciar nesta Assembleia aquela que é a administração desastrosa de algumas empreitadas em curso, sobretudo na sede de concelho. Sim, desastrosa a administração. -----

--- Senhor Presidente, a culpa não é dos funcionários da autarquia. Não faça esta acusação sem fundamento. O problema não é um problema de gestão, de direção de obra. O problema é de administração, de gerência das empreitadas. -----

--- Está a administração do município a dar os meios suficientes e necessários aos técnicos para que os técnicos possam mostrar resultados a quem administra? -----

--- No nosso entender a culpa não é dos técnicos que fazem, diariamente o seu melhor certamente. Disso não temos dúvida. -----

--- Por exemplo: quando nos deslocamos a um serviço de urgência de um hospital e nos deparamos com o caos, a desordem, doentes assistidos em macas nos corredores, etc..., certamente não culpamos o administrativo que nos atendeu para preencher a ficha, o assistente operacional, o enfermeiro ou o desgraçado do médico, que não consegue atender a todos os pedidos e a todas as solicitações. -----

--- Queixamo-nos e reclamamos com quem administra, gere e dirige a unidade de saúde. Pois aqui é a mesma coisa. -----

--- Está o Senhor Presidente em condições de assegurar que os meios humanos (técnicos, administrativos, fiscais, engenheiros) são os necessários e suficientes para gerir o volume de obras que estão em curso e em fase de adjudicação? -----

--- Assim, Senhor Presidente não nos intimidámos e hoje vimos falar de mais três obras que nos preocupam. Não, não vamos falar da obra do RI13/Continente. -----

--- Sobre esta obra, é profundamente lamentável não ter a administração da Câmara Municipal capacidade para junto do empreiteiro promover a recuperação do atraso e resolver rapidamente a obra que, do ponto de vista técnico e da dificuldade de execução nem é das que maiores problemas causaria, à partida. Recordo só que, a obra do continente, a obra privada do grupo Sonae (ampliação e novas instalações) foram concluídas em novembro. Há 5 meses atrás... -----

--- Empreitada: Reabilitação Energética do Bairro Social de Parada de Cunhos -----

--- Notícia de 7 de março 22 nos meios de comunicação locais, suponho que no seguimento do comunicado de imprensa feito pelo Município, uma vez que a notícia foi difundida em vários órgãos de comunicação social: -----

*"Inserida numa política consertada de valorização do parque habitacional, encontra-se a decorrer a empreitada de Reabilitação Energética do Bairro Social de Parada de Cunhos. Esta operação tem como principal objetivo dotar os edifícios de habitação coletiva de melhores condições de habitabilidade através da realização de intervenções, quer ao nível interior, como exterior, de forma a proporcionar maior conforto térmico, segurança e dignidade às famílias que aí habitam. -----*

**Pois fomos verificar:**

Valor do contrato: 908.431,21€

Prazo de execução: 420 dias

Data da consignação da obra: 20/09/19

Aprovação do Plano de Segurança e Saúde: 18/02/20 (5 meses depois)

Prazo que devia terminar a obra: 13/4/21

Suspensão da obra (103 dias): de 18/3/20 a 29/06/20

1ª prorrogação de prazo: 180 dias. 2ª prorrogação de prazo: 240 dias – TOTAL:420 dias

Ou seja, a obra tinha um prazo de execução de 420 dias e entre prorrogações de prazo e suspensões da obra o número total de dias vai em 523 dias... (o dobro) -----

1. Qual a razão para este descalabro em termos de balizamento da obra, para além do covid, da falta de matérias-primas que eventualmente possam ser alegados? -----

2. Qual a execução física e financeira desta obra? Se não tiver informação disponível, pedia o favor de juntar à outra que ficou de enviar e que enviasse. -----

3. Quando se prevê que os primeiros moradores possam usufruir de “...maior conforto térmico, segurança e dignidade”, das suas habitações, conforme propósito da empreitada? -----

---- Empreitada: Requalificação dos eixos pedonais estruturantes centro da cidade – hospital e do norte da cidade – circular do hospital (segundo exemplo) -----

---- Tivemos conhecimento de mais um caso de rescisão de um contrato de empreitada, por iniciativa da entidade contratada (empreiteiro). As rescisões estão a acontecer ao ritmo de cada Assembleia Municipal? Em cada Assembleia Municipal temos mais um caso de rescisão de um contrato de empreitada? Consegue justificar perante esta assembleia qual o motivo para mais esta rescisão? -----

---- Empreitada: Avenida Carvalho Araújo (terceiro caso de obra) -----

---- Disse o Senhor Presidente numa das últimas Assembleias Municipais a que seria lançado novo procedimento para conclusão dos trabalhos que ficaram por concluir, no seguimento da rescisão do contrato com o empreiteiro. Já passaram alguns meses. Para quando se estima que procedimento e obra possam ver a luz do dia? Muito obrigado. ---

---- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Continuando nesta senda das obras também o CDS gostaria de ver respondidas algumas questões em prol do bem-estar dos Vila-realenses, da sua mobilidade e da sua qualidade de vida porque todos os dias estão empancados no trânsito. -----

---- Senhor Presidente gostaríamos de obter algumas respostas objetivas relativamente às datas previstas de finalização das seguintes obras. -----

---- Para quando se prevê o fim das obras na Rua D. Pedro de Castro, nomeadamente, no que diz respeito à zona do Mercado Municipal? São notórios os constrangimentos que causam ao seu bom funcionamento do mercado, afastando as pessoas dele, quer dos vendedores ocasionais, quer dos compradores, com evidente prejuízo para todos os que fazem do mercado o seu ganha-pão, quer os vendedores permanentes, quer os vendedores não permanentes. -----

---- Para quando, Senhor Presidente, o fim das obras na Rampa do Calvário e na Avenida Almeida Lucena? -----

---- Para quando o fim das obras na Avenida do Regimento 13 troço entre o quartel-hipermercado continente. E já agora, um alerta quanto ao desnível dos escoadores das águas pluviais colocados na faixa de rodagem mais à direita, na via que já estará pronta. -

---- Se esses mesmos escoadores vão ser corrigidos ao seu desnível em relação ao alcatrão porque estão de momento muito rebaixados, o que poderá ser perigoso, quer para a circulação do trânsito, uma vez, que os automobilistas terão a tendência a deles se desviarem, podendo inadvertidamente colidir com outro veículo. -----

---- Fica aqui o alerta para essa situação. -----

---- Por fim, no que respeita à circulação futura na Avenida João Paulo II esta será realizada apenas num sentido? O esquema de colocação do estacionamento leva a esta questão. Se a resposta for positiva, qual o motivo para isto suceder? -----

---- Caso se verifique apenas a circulação teatro- café pedagogo, se quisermos ir de carro do café pedagogo ao café campeão temos de ir à rotunda da Galp, fazer a Avenida da Universidade, rotunda da Avenida da Europa, rotunda da M Coutinho, descer a Alameda de Grasse, subir Alameda de Grasse e virar à direita para a Avenida João Paulo II. -----

---- Senhor Presidente gostaríamos de ver respondidas estas questões, nomeadamente da calendarização prevista para aliviar os Vila-realenses dos constrangimentos que vêm a sentir há bastante tempo com as obras em curso. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra? Se não, darei a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Faça o favor Senhor Presidente. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RUI SANTOS)** agradeceu e disse: Responderei a todas as questões e depois solicitarei o Senhor Vereador Adriano Sousa a complementar algumas dessas questões. -----

---- Antes de mais felicitar o Senhor Deputado Tiago Costa pela sua intervenção e quero-lhe agradecer essa intervenção em nome da democracia e da liberdade. -----

---- Depois o Senhor Deputado Pedro Seixas talvez deixasse esta questão para o fim, que é mais complexa e vou então começar por responder ao Senhor Deputado Hugo Afonso.

---- O Senhor Deputado intimida-se com pouco, ficou intimidado com a minha resposta, eu não sabia que as minhas respostas o intimidavam, mas fica registada essa intimidação.

---- Depois sobre as obras vou ser absolutamente claro, respondo-lhe a si e à Senhora Deputada Joana Rapazote. Não lhe aponto nenhum prazo, não há prazo para a conclusão das obras, as obras acabarão quando estiverem prontas. Sabe porquê, Senhora e Senhor Deputado, porque vocês vivem num mundo global, leem notícias nos jornais do Município de Vila Real, mas também de todos os outros Municípios. Com certeza que vivem num mundo global, veem televisão, leem jornais. Sabem que os Vila-realenses também veem.

---- Exatamente por isso, com base nessas críticas vos deram o resultado eleitoral que deram, outra vez, outra vez sim, outra vez. Quem diz o que quer ouve o que não quer, Senhor Deputado. Porque esse tipo de críticas, das duas uma, ou mostra que devem ter uma televisão especial ou um jornal especial lá em casa, que não vê as notícias do mundo ou então não têm conhecimento do que se vai passando no mundo. -----

---- Sim, temos o Covid; sim, temos falta de mão-de-obra; sim temos falta de material; sim, há um conjunto de constrangimentos que impedem que as obras andem ao ritmo que nós desejávamos. -----

--- Há alguém em casa ou alguém aqui imagina que eu atraso obras por minha vontade? Será que alguém no seu perfeito juízo imagina uma coisa dessas? -----

---- Nós, quando gerimos as obras, tentamos pressionar os empreiteiros para cumprirem os prazos, a alternativa é rescindir. Sim, temos feito algumas rescisões, mas quando rescindimos temos que abrir novo concurso público, nalguns casos o concurso público implica uma morosidade no seu processo muito grande, tem que ir a Tribunal de Contas nalgumas situações e o atraso é maior do que aquele que acontece tentando gerir algumas dessas obras. -----

---- E isto é verdade em Vila Real como é verdade em todos os sítios, independentemente das Câmaras ou do Executivo que esteja a gerir as Câmara Municipais. -----

---- Olhe, o meu colega de Bragança teve catorze concursos públicos vazios, isto é, catorze concursos públicos que lançou e não apareceram candidatos, não apareceu ninguém para os executar. -----

---- A pergunta que eu lhe faço, que por vezes é muito fácil criticar, é muito mais difícil fazer. O Senhor sabe, por exemplo, que a obra do Continente era para ter acabado em abril e acabou em novembro e é uma obra privada e só depois disso é que nós podemos intervir e entrar em obras porque havia ali uma incompatibilização. Eu sei que o Senhor Engenheiro sabe de tudo, sabe de obra, sabe tudo. -----

---- E, portanto, eu percebo que tenha vindo aqui emendar a mão, veio aqui dizer, bem eu ataquei os funcionários, nomeadamente os responsáveis porque não sou eu que vou gerir a obra, nem eu nem o Senhor Vereador, temos com certeza dirigentes, trabalhadores, fiscais que o vão fazer. Bem, e percebo que venha aqui emendar a mão, eu não os ataquei, foi mal percebido, eles se calhar é que não têm melos. Têm meios, são gente suficiente, têm capacidade, são gente de confiança, são trabalhadores exemplares.

---- Eu sei que você não gosta deles, mas eles fazem isso, é assim, está sempre a criticá-los, é porque com certeza não gosta de alguns deles. Agora eu estou convencido de que eles fazem o melhor que sabem e podem e, tentam encontrar as melhores soluções. Há falhas? Há com certeza. Há empreiteiros que falham? Há com certeza. -----

--- Mas, Senhor Deputado e Senhora Deputada Joana Rapazote, para os dois a resposta é esta, as obras terminam quando estiverem prontas. Não lhe dou prazo rigorosamente nenhum. -----

---- Terceiro ponto: não imaginem que me vão condicionar porque nós não vamos perder oportunidade, apesar destes atrasos, apesar destas dificuldades de fazer avançar Vila Real para o século XXI, fazer aquilo que não foi feito e aquilo que é necessário fazer. Apesar dessas dificuldades, apesar dos constrangimentos de trânsito, apesar do não cumprimento de prazos não vão condicionar, vamos fazer o que tivermos que fazer a bem dos Vila-realenses e não é porque ganho um voto aqui perco um voto além que vou parar o que quer que seja, pode ter a certeza absoluta. -----

--- Dou-lhe um exemplo concreto: vieram-me perguntar da obra da segunda fase da Avenida Carvalho Araújo. Ela está pronta, agora faz sentido arrancar a obra antes das festas? Se o fizer diziam-me assim: em plenas festas estão aqui em obra, isto parou, vejam lá, que mau planeamento, que desgraça, como é que permitiram que a obra começasse agora. Como ela está parada até que voltem as festas, os foguetes e o facebook porque vão voltar, estão-nos a criticar porque a obra ainda não começou. -----

--- Senhor Deputado vamo-nos entender, vivemos num mundo global, todos conhecemos as regras, não fazemos de conta. Eu percebo que tem necessidade de vir aqui dizer qualquer coisa, pronto, vem dizer isto, eu registo e conste nessa conversa. ----

--- Sobre a Expo Dubai eu queria-vos entregar os relatórios porque eles são volumosos, tenho aqui vários relatórios para lhes entregar. -----

--- Pedia ao Senhor Presidente a sua autorização que fizesse chegar estes relatórios a cada um dos Grupos Parlamentares Municipais. -----

--- Sobre o prazo, não há prazo sobre a obra do Regimento de Infantaria 13. -----

--- O Senhor Deputado Pedro Seixas é jurista, todos se lembram quando ele dizia sobre os transportes públicos e sobre o relatório dos transportes públicos e sobre o processo dos transportes públicos. -----

--- O primeiro concurso que foi lançado, alguns dos Senhores eram aqui Deputados e lembram-se tudo aquilo que ele dizia, tenho aqui, está arquivado, tenho aqui todo o processo, está arquivado. Portanto, Senhor Deputado apesar da sua formação e ao contrário da sua vontade o processo está arquivado, vai agora à próxima reunião. -----

--- Nós temos, como compreendem, o Senhor Deputado tem as suas opiniões jurídicas e nós também temos um grupo que nos acompanham juridicamente. -----

--- Esse grupo, para alguns não sabem é uma sociedade de advogados “Correia Fernandes & Associados”, eu julgo que é uma sociedade bem conhecida a nível nacional, eu vou-lhe ler as conclusões do recurso e peço desculpa pelo tempo que vou demorar, mas para responder, as perguntas fazem-se num segundo ou em dois, as respostas carecem muitas vezes de uma explicação. -----

--- Conclusões: -----

*«A. Com o devido respeito que nos merecem os Sábios Juizes Conselheiros da 1ª Secção do Tribunal de Contas, o Acórdão recorrido não procedeu à adequada integração dos preceitos aplicáveis ao pugnar pela tese pela qual a norma de natureza excepcional contida no artº 2º, nº 1, da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto, relativa aos rócios de endividamento municipal, deverá fomentar uma análise para o futuro que integre uma “Ineficácia subsequente”, tendo incorrido em erro de julgamento quanto aos pressupostos de direto.*

*B. Quanto a este assunto, o Município teve oportunidade de esclarecer esse douto Tribunal Superior no ofício nº 131941000, de 22/03/2022, pelo qual deu resposta à 2ª Devolução, e que constitui o Facto Provado nº 2.17 do Acórdão ora posto em crise. -----*

*C. O Município de Vila Real – à data de assinatura do contrato (28 de dezembro de 2021) e à data de envio do contrato para fiscalização prévia (30 de dezembro de 2021) – dispunha de uma margem de endividamento de €23.627 806,62. -----*



- D. Valor esse que é superior ao valor do empréstimo, de €15. 500.000. -----**
- E. À luz do disposto no artigo 52º, nº 3, al b) do RFALEI e ao contrário da conclusão do Acórdão proferido por esse douto Tribunal Superior, o Município de Vila Real apresentava uma margem de endividamento suficiente para acomodar o montante do financiamento contratado. -----**
- F. E mesmo que se considerassem os limites anuais de endividamento, atendendo ao prazo de utilização de 2 anos, abrangendo 3 exercícios económicos (2022, 2023 e 2024), os montantes teriam uma execução anual de: € 3.869.600, em 2022, € 7.550.400, em 2023 e € 4.080.000, em 2024, pelo que resulta mais uma vez demonstrada a não ultrapassagem dos limites de endividamento tal como resultam da previsão legal. -----**
- G. Refira-se muito concretamente, que a letra da Lei (Lei nº 35/2020, de 13 de agosto) aplicável à data da celebração do contrato e da sujeição a fiscalização prévia confere total conformidade ao documento contratual. -----**
- H. Não tendo sido criados na sua estatuição quaisquer condicionantes, condições ou disposições para o futuro que pudessem colocar em causa essa conformidade. -----**
- I. Nem mesmo prevlsta a exigência de eficácia no ano de 2021. -----**
- J. Acresce que, nos termos do disposto no artº 44º, nº 2 da LOPTC: -----**  
“2 – Nos instrumentos geradores de dívida pública, a fiscalização prévia tem por fim verificar, designadamente, a observância dos limites e sublimites de endividamento e as respetivas finalidades, estabelecidas pela Assembleia da República.” -----
- K. Tendo sido verificados escrupulosamente pelo Tribunal de Contas no caso concreto a observância dos limites e sublimites de endividamento (à data 2021, como a Lei exigia) e as finalidades do empréstimo de médio e longo prazo, conclui-se pela sua conformidade. Pelo que -----**
- L. Não podem depois de ser criadas exigências de forma jurisprudencial (ubi lex non distinguit nec nos distinguere debemus). -----**
- Acrescenta-se que: -----**
- M. Não se desconhece que a concessão de visto pelo Tribunal de Contas se trata de um requisito de eficácia do contrato (cfr. artº 45º da LOPTC), mas esse requisito não é absoluto (cfr. nºs 2 e 5 do artº 45º da LOPTC), nem pode suplantar-se à própria previsão legal que, no caso do ano de 2021 em concreto afasta os limites de endividamento. -----**
- N. Mesmo que a supra referida interpretação legal dos preceitos aplicáveis ao caso concreto não seja suficiente para averiguar sobre a existência de erro no Acórdão recorrido – sempre com o mui douto suprimento dos Sábios Conselheiros -, sempre haveria que entender à ratio legis dos preceitos indicados, concretamente dos preceitos relativos à eficácia concedida pelo visto do Tribunal de Contas (cfr. artºs 44º e 45º da LOPTC). -----**
- O. Sem esquecer que os princípios ínsitos à Lei nº 35/2020, de 13 de agosto, são o da desburocratização, da agilização de processos, da igualdade, da proporcionalidade e, em último – mas relevantíssimo – lugar, o do Interesse público num período pandémico onde as entidades públicas se confrontam com desafios inauditos. -----**

- P. Termos que que, a interpretação das normas legais e a sua aplicação se devem reger pelos mesmos princípios estruturantes. -----*
- Q. Devendo ser evitado a criação de um novo crivo que exija à entidade fiscalizada prever o que não seria previsível à data da contratação do empréstimo e da sujeição a fiscalização prévia. -----*
- R. Especialmente baseando-se na (in) eficácia do ato à data da sujeição a fiscalização prévia. -----*
- S. Não podendo- salvo o devido respeito – ser criado um regime de “invalidade subsequente” ou “derivada” não previsto no texto da lei. -----*
- T. O objeto da fiscalização prévia centra-se assim nas razões em que assenta decisão de contratar e na verificação do procedimento administrativo legalmente devido; no exame das peças do procedimento; na conformidade dos critérios de adjudicação com os princípios e legislação vigente; na redação do contrato e sua conformidade com a decisão de contratar. -----*
- U. Pelo que o visto é um requisito de eficácia do ato, sim, mas que se reporta à produção de efeitos financeiros, e não à sua validade. -----*
- V. O substrato que esteve na origem da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto, mantém-se ainda para o exercício económico de 2022. -----*
- W. Não se encontrando ainda aprovado o Orçamento de Estado para o corrente ano de 2022. Isso acontece ainda hoje, ainda hoje não existe orçamento de 2022, o orçamento que está em vigor é o de 2021, portanto não há alteração. -----*
- X. Reforça-se assim o entendimento de que não cabe ao Tribunal de Contas- com o devido respeito que nos merecem os Sábios Conselheiros – atribuir em efeito de eficácia ao visto para além do que resulta da apreciação do contrato assinado, visando efeitos futuros de uma suposta “invalidade subsequente”, não consubstanciados na legislação em vigor à data da celebração do ato e desconsiderando o próprio escopo nas normas aplicáveis. ---*
- Y. Concretamente no que respeita à capitalização de juros e contrariamente ao que vem referido pelo Tribunal de Contas, a cláusula 7ª do aditamento não consta qualquer anatocismo (capitalização de juros) proibido por lei. -----*
- Z. O que se encontra previsto na clausula 7ª, nº 2, do contrato submetido a fiscalização prévia é que: “2. O Banco poderá capitalizar juros remuneratórios e moratórios nos termos previstos na lei”. – cfr. Facto Provado 2.11. -----*
- AA. Daqui resulta que a capitalização de juros apenas se encontra prevista no caso de ser legalmente admitida. -----*
- BB. E a verdade é que há casos em que essa capitalização é admissível, como sejam: (i) previsto no artº 560º, nº 3, do Código Civil (nos casos em que a proibição do anatocismo é contrária a regras ou usos particulares do comércio); (ii) no artº 7º, nº 1, do Decreto-Lei nº 58/203 (relativo aos contratos de crédito celebrados com Bancos); e (iii) na própria Lei nº 73/2013, uma vez que só haverá lugar a capitalização de juros remuneratórios e nos casos de incumprimento por parte do Município no pagamento das quantias devidas. ----*

---- Para responder à sua questão concreta, só se o Município não pagasse é que havia capitalização de juros. Só os legalmente previstos, exatamente. -----

CC. Com o devido respeito pela posição contrária (não fundamentada) dos Sábios Conselheiros do tribunal de Contas, não se trata de uma cláusula abusiva, excessiva ou desproporcionada para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, que aprova o Regime Jurídico das Cláusulas Gerais (doravante “LCCG”), na medida em que a mesma apenas “poderá” operar “nos termos previstos da Lei”. -----

DD. Para além deste entendimento não ter sustentação legal, não se encontra devidamente consubstanciado pelo que é violado o dever de fundamentação da sentença (cfr. art.ºs 154.º, 195.º e 615.º, n.º 1, alínea b), do CPC e 205.º, n.º 1, da CRP ex vi o disposto no artigo 80.º da LOPTC), ocorrendo ainda uma situação de omissão de pronúncia sobre factos e questões juridicamente relevantes (cfr. art.º 615.º, n.º 1, alínea d), do CPC ex vi o disposto no artigo 80.º da LOPTC). -----

--- Termos em que, pelas alegações e conclusões expandidas, deve o presente recurso ser admitido e, nessa sequência, revogando-se o Acórdão recorrido e substituindo-se por outro que conceda visto prévio ao Contrato. -----

---- Esta é a nossa defesa, vamos ver se ela tem provimento ou não. Como se sabe, se juntarmos três juristas, em regra podemos ter cinco ou seis opiniões, estou obviamente a caricaturar. -----

---- Esta é uma opinião do tribunal de Contas, temos aqui outra opinião, vamos ver quem tem razão. Mas, independentemente de quem venha a ter razão, o mais relevante, é que a Associação Nacional de Municípios está a negociar com o Estado Português, isto é com o Ministro da Finanças, vamos ver se conseguimos, vamos ver se a Assembleia da república o permite é que a norma travão vinda do período da troika, seja também excecionada no orçamento de 2022. -----

---- Ora, se isso acontecer está o problema resolvido, se não acontecer, vamos ver o que é que os juízes dizem deste nosso recurso. -----

---- E, portanto, não há dúvida nenhuma que nós agimos dentro da legalidade, não há dúvida nenhuma que encontramos uma boa solução para o financiamento das piscinas, não há dúvida nenhuma que não nos foi apresentada outra, foi aqui dito, nós temos outra alternativa, não disseram qual era a outra, nunca apresentaram outra, só dizem que esta não é boa. -----

---- E, a verdade, que provavelmente, o que lhes está a doer muito é a possibilidade de nós concretizarmos umas novas piscinas para o Concelho de Vila Real. Isso é que, de facto, vos chateia muito, isso é que, de facto, vos deixa amargurados. -----

---- Muito obrigado, senhor Presidente, não sei se o Senhor Vereador quer acrescentar mais alguma questão. Faça o favor, com autorização do Senhor Presidente. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (ADRIANO SOUSA)** agradeceu e disse: Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e a Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, e colegas do Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

---- Eu vou ser muito sintético porque, de facto, falou-se aqui em obras, quer o Senhor Deputado Hugo Afonso, quer a Senhora Deputada Joana Rapazote, só para dizer o seguinte. -----

---- Como se nota no meu cabelo, eu já ando nestas andanças há bastantes anos, mais concretamente desde mil novecentos e oitenta e seis, e passaram por mim muitas obras e continuam a passar. -----

---- E, posso-lhes dizer que nunca me recordo, de ao longo destes anos todos, que são bastantes, presenciar uma crise tão grave de mão-de-obra, de logística na entrega de materiais de construção, na falta de materiais de construção e no aumento de custo na construção. -----

---- E isto é evidente em todo território nacional, e mais, nunca me recordo de ver tantos concursos vazios e desertos. -----

---- Portanto, só quem andar bastante distraído ou quem quiser fazer um número na Assembleia Municipal é que questiona o executivo desta maneira. -----

---- E agora também há outra questão que eu gostaria de referir. Falou aqui na administração das obras e questionou se, de facto, nós, enquanto Executivo Municipal, dávamos condições adequadas aos técnicos. Nós estamos perfeitamente à vontade nessa situação e estamos completamente descansados. -----

---- Mas, atrevo-me fazer um desafio ao Senhor Deputado porque geralmente quando se colocam estas questões, costumamos ter dados concretos que nos levem a fazer essa pergunta. -----

---- E eu atrevo-me a pedir-lhe que mencione em concreto o que é que o levou a fazer essa mesma pergunta porque, de facto, há qualquer coisa que o Senhor Deputado sabe que nós não sabemos e gostaríamos de saber. -----

---- Finalmente, respondendo à Senhora Deputada Joana Rapazote sobre a questão do estacionamento. Eu, de facto, perdi-me com tantas voltas que a Senhora Deputada deu ao longo da Alameda de Grasse, mas eu estou disponível para quando a Senhora Deputada quiser poder explicar-lhe porque é que a Senhora Deputada está completamente errada, quando fala daquele estacionamento. -----

---- Mas, como é óbvio não posso, nesta Assembleia Municipal, estar a explicar porque tinha de fazer um desenho para melhor elucidá-la. O meu gabinete está sempre aberto para quando a Senhora Deputada precisar. Estarei sempre disponível para lhe explicar o conceito que está vertido naquele estacionamento e que não é necessário andar às voltas na Alameda de Grasse. Trata-se de matéria que foi apresentada na sessão de discussão pública do projeto. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu, de facto, já é a segunda vez que tenho de dizer palavras parecidas. Esta intimidação, o Senhor Presidente diz que fico intimidado com muito pouco, mas esta forma de abordagem de resposta nota foi muito aquilo que tem sido estes últimos meses. E este autoritarismo,

esta prepotência é de facto.. há aqui um princípio que eu estudei antes de vir para esta Assembleia e daí já tiramos as conclusões. -----

---- O Senhor Presidente é uma pessoa experiente, madura nestas matérias e eu é o oposto. Estou nesta Assembleia Municipal há muito pouco tempo, mas estudei e estudei desde logo um documento que é básico, que é o Regimento da Assembleia Municipal. ---

---- E, o que o Regimento diz é que a Oposição, os Partidos, os Deputados Municipais podem e devem fiscalizar a atividade do Executivo, não é o Executivo ou o Senhor Presidente que vai fazer perguntas diretamente ao Deputado porque essa abordagem que é feita, já da outra vez foi a mesma coisa, essa adjetivação, essas metáforas que permanentemente usa em relação há minha pessoa isso é para o facebook já faz comigo.

---- Não tem que vir para aqui, tem que respeitar, quem está aqui não é o Hugo Afonso é um elemento do partido que foi eleito. Porque, repare uma coisa, eu estou aqui numa função política, o Senhor não é o Presidente dos vinte mil que votaram em si, é o meu Presidente da Câmara Municipal, eu estou a representar um partido, mas o Senhor não está a representar aqui nesta Assembleia, no Executivo diariamente quem votou em si. -

---- E, portanto, há uma obrigação que é de responder, o Senhor naturalmente tem o direito de não o fazer e, já nos disse, por exemplo, das obras e “não vou responder a nada”, muito bem, tem esse direito, “acabam quando terminarem”, essa é uma tal verdade *la palisse*. -----

---- Agora, o que as pessoas precisam de saber é ter uma ideia e repare uma coisa, peço-lhe em público, não faça este exercício pessoalização da pessoa porque eu estou em representação de um partido, as questões que eu coloco e mais pessoalização no sentido do ponto de vista profissional, já o fez e o Engenheiro Adriano já vai por o mesmo diapasão. “Você também é Engenheiro”, não tem nada a ver com isso, eu venho aqui em representação de um partido, estas questões não são pessoais, são discutidas no nosso grupo parlamentar, são discutidas pelo nosso partido, são questões que ouvimos diariamente e que as pessoas querem saber o ponto de situação das questões. -----

---- Dito isto, o Senhor Vereador também já como eu digo, também já faz questões diretamente ao Deputado, quando estamos a inverter os papéis, é de lá para cá que vêm as perguntas não é daqui para lá porque nós não estamos no debate político, não estamos num debate na rádio, isto não é isso, vocês são o órgão executivo, vocês têm que prestar contas a quem vos pergunta e não andar aqui num bate bolas. -----

---- Portanto, a pergunta que fiz relativamente às obras e faço esta questão, eu fiquei satisfeito este mês de abril, vocês dizem uma coisa a tal questão da coerência. -----

---- Na altura eu recordo-me bem na Assembleia Municipal de novembro, quem estava a presidir à sessão e muito bem o Senhor Vice-presidente da Câmara, o Senhor Vereador Alexandre Favaio porque o Senhor Presidente não estava e falou uma coisa que ficou na memória a questão da coerência, “vamos pela coerência”, pois muito bem. -----

---- E, eu fiquei satisfeito quando este mês de abril vi, vi os registos do Executivo Municipal, que de facto, há obras que estão a correr a bom ritmo, pois é isso que eu quero que aconteça nas outras. E pergunto porquê? Agora, dizer assim: -----

“Comando dia 15 de abril, comando da proteção civil, aeródromo de Vila Real estão a decorrer a bom ritmo os trabalhos de construção do comando” e bem. -----

“Dia 7 de abril, estão a decorrer a bom ritmo as obras da envolvente do Mercado Municipal” e bem. -----

---- O que nós estamos a perguntar é porque é que as outras, a Avenida do RI13, que é a mais martelada, passam por ali centenas de pessoas por dia, não tem outro desenvolvimento? É isso que nós estamos a perguntar. -----

---- Agora, acho que deviam dizer ou dar uma justificação daquilo que pudesse ser dito sobre o estado da obra. E, como disse há bocado que as “obras na Avenida não começam até às festividades” e bem, é uma programação vossa. -----

---- É só a questão da legitimidade, não é por ter vindo aqui que estou a pedir mais legitimidade para fazer as perguntas que entenda, mas tinha que o dizer. -----

---- Relativamente só para, não quero, não vou fazer mais, até do ponto de vista profissional eu jamais, jamais virei aqui a esta Assembleia Municipal fazer questão diretamente da sua atividade profissional que não a política. Eu nunca virei aqui falar sobre as suas habilitações que tenha profissionais, falar sobre florestas, eu nunca virei falar sobre isso. -----

---- Portanto, o PS quando se dirige ao Deputado Hugo Afonso para falar sobre obras e a dizer que eu devia saber e que não leio e que não vejo notícias, que não vejo nada. -----

---- Sobre a questão que o Engenheiro Adriano falou, para não ficar no ar, para não dizer “ele não respondeu”. A questão é muito simples não há aqui nada, não há cortina de fumo sobre a questão que eu disse, se estaria bem dimensionado ou não, a questão dos técnicos. É que, e, volto a referir, há um problema de administração. Aquilo que eu disse é que me parece, atendendo ao volume de obras que é e bem, que existem por via do PEDU, se não haverá aqui alguma descompensação em termos técnicos? Não estou aqui com cortinas de fumo nem a inventar: **Responde o Senhor Vereador Adriano Sousa**, dizendo que nós dissemos que não. **Continuou o Senhor Deputado**, mas pergunto-me eu anotei, “lanço-lhe um desafio” está respondido, só para que não fique no ar “se tem alguma coisa” eu não tenho nada. -----

---- Estou só a perspetivar se há um volume maior de obras deveria haver uma compensação em termos daquilo que são os recursos humanos afetar. Só isso, muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: faça o favor Senhor Deputado Rodrigo Sá. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. -----

---- Eu não posso deixar de vir aqui para sublinhar o facto de termos acabado de ouvir um Deputado que nos diz “eu falo em nome de um partido, eu não falo a título pessoal”, logo a seguir, em duas em duas palavras diz “...eu acho, eu considero, eu faço, eu aconteço”.

--- O Senhor Deputado Hugo Afonso quer respostas políticas e quando lhe são dadas respostas políticas não gosta, pior do que isso, eu até aceito o argumento de falta de experiência, o argumento que utilizou, não estou de forma nenhuma atribuir-lhe falta de experiência foi o Senhor Deputado que veio aqui dizer-nos que teria falta de experiência.

--- Aquilo que o Senhor Deputado sobe a esta tribuna para nos dizer é que está tudo errado na ação do Município, está tudo errado na administração das obras. Agora compensou um bocadinho, lá está, voltou a emendar a mão, já não é tudo são só algumas coisas e a culpa é do Executivo Municipal. -----

--- Ó Senhor Deputado com pouca experiência ou com muita experiência saberá aquilo que já lhe foi aqui dito hoje novamente. Não é com certeza o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vereador com o Pelouro do Urbanismo, que está no terreno administrar as obras, recorre aos funcionários do Município. -----

--- Portanto, quando o Senhor Deputado ouve que fez um ataque aos trabalhadores do Município, de facto, foi isso que aconteceu Senhor Deputado, foi só isso que aconteceu.

--- Repare, é impossível imaginar, nem com pouca experiência, é impossível imaginar que são os membros do Executivo Municipal que fazem administração das obras. -----

--- E, portanto, se critica as pessoas que fazem esse trabalho na Câmara Municipal, elas são os trabalhadores. -----

--- E vem aqui dizer, “e quando eu levantei a questão não estava a lançar nenhuma cortina de fumo”, não, estava a tentar a enlamear aquilo que é o trabalho que é desenvolvido pelos trabalhadores do Município. -----

--- Não era cortina de fumo, mas ao criar a dúvida e volto a dizer, em relação à competência dos trabalhadores do Município, eventualmente eu aceitaria que me dissessem em relação à incapacidade do Executivo Municipal para fazer cumprir ordens ou qualquer do género porque de resto só aí é que pode assacar responsabilidades ao Executivo Municipal. Dizia o Senhor Deputado acaba por estar precisamente a fazer aquilo que diz que não faz. Vem para aqui, como não gosta das respostas zanga-se, como se zanga fala nas suas próprias opiniões e a seguir tenta assacar responsabilidades a quem não as tem, desviando de facto naquilo que veio aqui fazer. -----

--- Senhor Deputado, com pouca experiência ou com muita experiência e nós já nos conhecemos há muitos, muitos anos, acho que, de facto, não é isso que cabe ao PSD fazer. Ao PSD cabe, como disse e muito bem, ao PSD na Assembleia Municipal de Vila Real fiscalizar a atividade Municipal e isso significa fazer perguntas e ouvir respostas. Ouviram as respostas, se as respostas contrariarem a verdade, claro que é dever também dos Deputados Municipais denunciar essa situação. -----

--- Não sendo o caso o Vereador Adriano Sousa perguntou-lhe e muito bem, “sabe alguma coisa que nós não saibamos?” Porque nós Deputados Municipais também queremos saber. O Município de Vila Real está com problemas? Ao nível dos trabalhadores? Na área do Urbanismo? Não têm meios, não há recursos humanos? Não, foi só uma pergunta. -----

---- Então se foi só uma pergunta está dada a resposta e tem que ser tida como boa, não pode zangar-se Senhor Deputado. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Faça o favor, Senhor Presidente. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Senhor Presidente eu peço desculpa, mas vamos lá balizar as coisas. Eu nunca tive, tive aqui grandes discussões, discussões no bom sentido com homens, como por exemplo, o Doutor António Passos Coelho, que foi aliás o primeiro social-democrata a vir dar-me os parabéns quando ganhamos a Câmara em dois mil e treze e nunca pessoalizamos o que quer que seja, nunca pessoalizei. -----

---- Agora, eu sou intelectualmente honesto e acho que não é honesto intelectualmente vir para aqui conhecendo a realidade do mundo levantar questões, que nós já sabemos a resposta. E eu para dar uma resposta séria é dizer quando as obras acabarem. Sabe porquê? Por que eu posso dar aqui um prazo hoje, amanhã outro e depois outro e, depois você chegar aqui e dizer deu um prazo e falhou, esteve a mentir. -----

---- Eu como sei como está o mundo, como é que estão as empresas, como é que está a realidade do trabalho da mão-de-obra ser honesto intelectualmente é dizer eu não posso responsabilizar com prazos. -----

---- O que é que me adianta aqui responsabilizar-me por prazos, enganar as pessoas quer os que estão aqui assistir quer os que estão a assistir em casa, elas depois vão perguntar aos Senhores Presidentes de Junta, vão-me perguntar a mim, então você disse que acabava no dia dez afinal estamos no dia quinze e não acabou. Isso é ser intelectualmente honesto e as discussões devem ser intelectualmente honestas. -----

---- Agora há uma moda de dizer é arrogante, quando a resposta não agrada, isso é arrogância. Não é arrogância. -----

---- Eu sou incisivo, sou convicto naquilo em que acredito e nas minhas ideias, peço desculpa se transmito alguma arrogância, não é essa a ideia. -----

---- Agora, volto ao princípio, alguém imagina, alguém de bom senso imagina que nós atrasamos as obras de propósito? Alguém imagina, que facilitamos para que as obras fiquem aqui ou ali em desconformidade? Alguém imagina, que não somos os primeiros interessados em ter boas execuções financeiras daquilo que tentamos aplicar? Com certeza que ninguém imaginará isso. Alguém imagina, que eu gosto de ver uma fila de carros na entrada da cidade, na Avenida do Regimento de Infantaria 13? Alguém imagina isso? Não. -----

---- Todos sabem e veem notícias e sabem por que é que isso está acontecer, não só em Vila Real como no resto do país. E quando vêm para aqui levantar essas questões, no tom que o fazem, desculpem que lhes diga não é intelectualmente honesto, nem correto e quem diz o que quer ouve o que não quer. -----



---- É a vida, é assim. Isto também é um fórum de debate político. Não estamos na escola primária, você fez não sei o que então dê cá a mão para lhe dar uma palmada, não estamos numa escola, estamos num órgão político e temos que usar os bons argumentos que temos para debater politicamente as questões do concelho, as questões da cidade, as questões das freguesias, debater todas essas questões. -----

---- E há uma coisa que eu aprendi, eu não minto, não minto. Estão aqui Presidentes de Junta que sabem isso. Perguntavam-me Senhor Presidente temos eleições na data X a obra está a decorrer, está atrasada, os Municípes chateiem-me, o que eu vou fazer? Eu dizia-lhes sempre, eu a única coisa que posso fazer é pressionar o empreiteiro, agora eu não me comprometo com o final da obra X,Y ou Z porque não depende de mim. -----

---- E, portanto, se não depende de mim eu não vou aqui apontar prazos, não vou porque estou cansado de tentar apontar prazos que me eram indicados nalgumas obras pelos responsáveis, nestes casos os empreiteiros que assinaram connosco os contratos para executar as obras e, eles por diferentes motivos não conseguiram fazer e eu depois não ia enganar as pessoas, não engano. -----

---- Se o vosso objetivo é apanharem-me aqui a fazer promessas, que não consiga cumprir, estão enganados, não vou por aí, não farei isso. -----

---- Eu posso perguntar se lá em casa, se calhar alguns terão com certeza obras, se têm a perceção que não há falta de mão-de-obra, que não há dificuldade de matéria-prima, se não ouvem isso todos os dias, é o que acontece. -----

---- Agora, quero-lhe dizer uma coisa, mesmo com estes constrangimentos nós não vamos desistir e vamos continuar a fazer. -----

---- Eu lembro-me bem em campanha eleitoral diziam-nos, agora estão a fazer obras por causa da campanha eleitoral. Olhe passou a campanha eleitoral e continuamos com muitas obras. E, portanto, enganaram-se não eram obras para campanha eleitoral, eram obras que eram necessárias fazer, são na campanha eleitoral e são fora da campanha eleitoral. -----

---- E não vamos desistir de aproveitar todos os euros que houver para investir no Concelho de Vila Real e para projetar Vila Real para uma cidade vanguarda no século XXI. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e encerrou o período de antes da ordem do dia. -----

---- Vamos entrar na Ordem do Dia e começaríamos com o,

#### **PRIMEIRO PONTO**

Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** disse: Dar-lhe-ia a palavra, Senhor Presidente da Câmara, para fazer a introdução deste ponto. Faça o favor, Senhor Presidente. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: A informação julgo que é clara, pode haver aí alguma questão que queiram colocar, se nós soubermos responderemos com todo o gosto. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este primeiro ponto enunciado na Ordem do Dia. Quem quiser usar da palavra, relativamente ao primeiro ponto, faça o favor de se inscrever. Inscreveram-se os seguintes Deputados Municipais. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradecer e disse: Senhor Presidente: -----

Relativamente à informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a seguinte sugestão. -----

*1 - «Assumindo como nucleares os princípios da transparência e do envolvimento, solicitamos que venha explanada na próxima Informação Escrita a agenda do Senhor Presidente da Câmara Municipal e dos Senhores Vereadores: presenças em reuniões, assembleias-gerais, eventos e atos similares, acontecimentos e ações que decorram e que participem numa representação institucional, bem como outras informações relevantes que digam respeito à atividade do Executivo Municipal em permanência. -----*

---- Depois queremos fazer um pedido de esclarecimento. -----

---- *Na página 44 do documento vem referência ao aumento do preço do tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Se me permite eu passo a ler esse parágrafo. -----*

*“Relativamente aos indicadores de qualidade de serviço evidenciam-se um aumento dos custos com os resíduos produzidos pelos munícipes, em 2022, que aumentaram 5,34% face ao ano anterior. Este aumento deve-se essencialmente ao tratamento em alta, Resinorte, uma vez que existiu, por um lado ao aumento tarifário (que passou de 35,34€/ton para 43,37€/ton), (mais 22%) e por outro o aumento da Taxa de Gestão (passou de 11€/ton para 22€/ton)” (um aumento de 100%). -----*

---- Senhor Presidente, -----

---- *Um agregado familiar constituído por 2 adultos e duas crianças residentes na freguesia de Vila Real gastou, durante o período (e vou consultar a fatura da AdIN) de 12/2 a 09/03, 10,8€ de água, 11,47€ em tratamento de esgotos e 4,3€ em tratamento de resíduos urbanos. Percentualmente esta família gastou 40% da fatura em água, 43% em saneamento e 16,2% da fatura é para tratamento de resíduos sólidos urbanos. -----*

---- *Há duas questões que esta família legitimamente coloca e nos colocou: -----*

a) *Vai o preço da fatura da água aumentar (AdIN), em virtude deste aumento desmesurado do tratamento dos resíduos sólidos urbanos? Como disse há pouco 22% no caso das tarifas e 100% na taxa de gestão?*

b) *Qual é a política e estratégia que este executivo tem para esta matéria do tratamento de resíduos sólidos urbanos? Muito obrigado. -----*

----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL agradeceu e perguntou se mais alguém desejava usar da palavra. Não. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder se assim o entender, faça o favor. -----

----- O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL agradeceu e disse: Senhor Presidente vou passar a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva sobre esta matéria. Ele explicará com todo o gosto o que se está a passar relativamente a toda esta temática. -----

----- Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa. Nós estamos muito condicionados sobretudo na área dos resíduos, com aquilo, que foram as opções de quem no governou. -----

----- A Saber: -----

----- A Associação de Municípios do Vale Douro Norte tinha um aterro intermunicipal. Vossas Excelências com certeza que se lembrarão que Vila Real até aceitou ter esse aterro intermunicipal em Mosteirô. -----

----- Esse aterro é de sete Municípios. Pagávamos cerca de dezassete euros vírgula qualquer coisa a tonelada pelo tratamento de resíduos nesse aterro que era dos sete Municípios. -----

----- Vá-se lá saber porquê, eu percebo que se calhar o Senhor ex-Vereador Miguel Esteves, ele ouviu várias vezes esta questão e nunca foi capaz de a contrariar, vá-se lá saber porquê a Câmara de então resolveu não só entregar o aterro intermunicipal, estava situado no concelho de Vila Real, sem ser ressarcida do investimento que lá tinha como passou a pagar à época trinta e quatro euros pelo tratamento/ton de lixo. -----

----- Mais, isso foi feito de um mês para o outro, com um argumento de que não havia capacidade para depositar nem mais um quilo de lixo no alvéolo que estava em funcionamento e a Câmara não tinha dinheiro para investir num novo alvéolo. -----

----- Estranhamente ao fim de oito anos o alvéolo continuou a funcionar, era o primeiro, era aquele que toda a vida funcionou. Está agora a funcionar o segundo. -----

----- E portanto, de repente passamos de dezassete para trinta e quatro e perdemos o controlo porque aquilo foi entregue ao Instituto de Gestão e Fomento, sem sermos ressarcidos de rigorosamente um euro que fosse. -----

----- Chega, entretanto, o Governo em dois mil e onze, isto foi em dois mil e nove, dois mil e dez, chega o Governo em dois mil e onze iniciam um processo que acaba pela privatização e entrega aquele aterro (de grosso modo) à Mota Engil. A empresa não se chama assim é Resinorte, mas o sócio maioritário é Mota Engil. -----

----- E, portanto, a empresa em causa é verdade como entidade reguladora porque este sistema é regulado, cobra aos Municípios aquilo que julga adequado em função do investimento, da gestão e daquilo que é entidade reguladora. -----

----- E sabe qual é o remédio que nós temos? É pagar se queremos que os resíduos sejam tratados, é pagar e pagar e pagar. Porque perdemos autonomia de gerir este sistema por uma decisão do passado, aliás, decisão que eu nunca -há duas ou três decisões que eu nunca entendi, e, esta é daquelas que eu não entendi, nunca entendi, é essa e a das águas, porque Vila Real tinha o Alvão e tinha o Sordo, estava servido em termos de água em alta

e entregamos, a troco de nada, a gestão dessas duas infraestruturas às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro. E tínhamos um custo de produção de água em alta de dezassete ou dezoito cêntimos e passamos a pagar trinta e quatro ou trinta e cinco cêntimos. E depois é claro isto reflete-se no consumidor, também nunca ninguém foi capaz, no passado, de me explicar o fundamento desta decisão. -----

---- Dizia o Senhor Vereador Miguel Esteves, “mas isso prometeram à Câmara um conjunto de coisas e tal... e depois não cumpriram”, e eu perguntei: prometeram, onde está escrito. Não se pode prometer de boca, estamos a falar de negócios de milhões, não é de boca que se promete, “disseram que iam fazer umas obras”, mas onde é que está escrito? Não estava escrito em lado nenhum, tinham sido feitas promessas alegadamente que nunca foram cumpridas. -----

---- E estes dois negócios são ruinosos para Vila Real para a Câmara de Vila Real e sobretudo para os Municípios de Vila Real porque a Câmara não tem forma de controlar todo este processo. Dito isto, passava a palavra ao Senhor Vereador Carlos Silva para poder complementar esta minha resposta. -----

---- Mas é bom que a gente conheça o passado para analisar o presente e para não cometer os mesmos erros no futuro. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: com certeza, faça o favor Senhor Vereador. -----

---- **O VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL (CARLOS SILVA)** agradeceu e disse: agradeço poder esclarecer. Começaria por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, a Mesa. Senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo. Senhores Deputados. Quem assiste lá em casa e aqui na sala. -----

---- A explicação do problema dos resíduos que ocorreu em Vila Real o Senhor Presidente já o fez. Dar-vos nota que sim, o que está a acontecer é que, por força dos custos da gestão dos resíduos a nível nacional, a própria entidade reguladora dos serviços de água e resíduos é quem define as tarifas a praticar pelos diferentes sistemas em Portugal. -----

---- E definiu para o sistema onde nós estamos a Resinorte o respetivo valor. A Resinorte limitou-se aplicar esse valor aos seus clientes que são os Municípios. -----

---- E, portanto, sim, há um aumento considerável na gestão de resíduos porque há um aumento normal dos custos de produção, dos fatores de produção, portanto há um aumento normal na gestão. -----

---- Depois, também a taxa de gestão de resíduos, isto é, a taxa que temos que pagar, os produtores têm de pagar para deposição em aterro, aumentou e aumentou de um ano para o outro de cem por cento. -----

---- Os Senhores vejam os aumentos que estamos a sentir. -----

---- Aquilo que nós decidimos, decidimos em Executivo Municipal foi que ainda tínhamos capacidade de acolher estas alterações assumindo, naturalmente, a Câmara Municipal estes encargos. Não os transferimos para os clientes, a fatura para esse efeito não mexeu.

---- Perguntam: e isto é sustentável a prazo se continuarmos com problemas que estamos a sentir na economia, na inflação, nos aumentos de custos de produção? Pois não sabemos. -----

---- Aquilo que eu vos digo é se eventualmente também em alta por força de todos estes fatores externos que nos afetam, eu julgo que, vocês reconhecem que há fatores externos que estão a afetar fortemente a economia e vão afetar fortemente a economia ocidental e a economia portuguesa naturalmente porque estas questões da guerra vão chegar cá, de uma maneira ou de outra elas vão chegar, não tenhamos qualquer dúvida, vamos ter que pagar estas coisas todas, naturalmente havemos de chegar a um ponto em que a gente terá que ponderar, se temos condições ou não temos condições de repercutir esses encargos nas faturas. -----

---- De momento a decisão foi não, ainda temos capacidade de aguentar. -----

---- Mas perguntam: o que é que estamos a fazer para alterar isto? Bom, aquilo que estamos a fazer é muito simples, estamos a tentar procurar fazer é aumentar a separação de resíduos de maneira a que o volume de resíduos que sejam depositados em aterro seja o menor possível porque todos os resíduos que tiverem possibilidade de valorização não entram como encargo no seu tratamento. -----

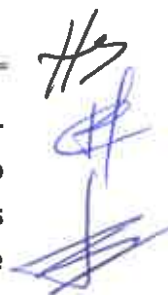
---- E, portanto, nessa circunstância se produzirmos menos resíduos, temos as condições para que as taxas que nos são aplicadas, pela produção desses resíduos sejam menores porque produzimos menos. -----

---- O que é que vamos fazer? Em breve vamos anunciar a separação de mais um resíduo, a separação do resíduo orgânico, os biorresíduos. Vamos lançar um programa já de separação de biorresíduos, com nova contentorização, nova recolha. Temos o processo em andamento para o lançar em princípio no quarto trimestre. -----

---- E qual é o objetivo, genericamente disso? É que os resíduos orgânicos que produzimos em nossas casas também são valorizáveis, sendo valorizáveis podem sair da fração resto dos resíduos diferenciados que vão nos contentores. Isso significa que depositaremos menos em aterro e, portanto, poderemos ter aí ganhos na deposição de resíduos, ganho nas taxas e ao termos ganhos nas taxas podemos tentar reduzir as tarifas aos clientes na produção dos seus resíduos. -----

---- Simultaneamente, também vamos aproveitar com o financiamento a que nos candidatamos, vamos tentar implementar num projeto piloto, depois vamos ver se conseguimos alargar à grande parte do território, um projeto designado por PAYT, é o pagamento em função do que cada um produz, isto é separar o pagamento dos resíduos da fatura de água. -----

---- Hoje em dia o que temos é que os resíduos são pagos em função do consumo que tivermos na fatura da água. Aquilo que nós vamos tentar fazer, num primeiro momento um projeto piloto com uma área definida que já temos definida e que vamos estudar os encargos e as implicações que têm esse sistema de pagamento de resíduos, pagamento apenas e só em função daquilo que se produz. -----



---- Se resultar esse projeto como a gente espera que vá resultar vamos procurar alargá-lo ao restante território, que nos vai permitir, por um lado cada utilizador apenas paga o resíduo que produz, até lhe vai ser incentivado a separar e apenas produzir aqueles resíduos que não tenham aproveitamento, sejam apenas resíduos o mínimo possível, que a fatura seja mais baixa. -----

---- E, portanto, estamos a encetar uma estratégia de seguir aquilo que são as diretivas europeias e aquilo que são as diretivas nacionais nesta matéria. Felizmente fizemos as candidaturas para alguns desses apoios para a contentorização, para as campanhas de sensibilização para estes projetos atempadamente, tivemos o financiamento que foi possível. -----

---- Nós gostaríamos de ter mais, mas numa primeira fase não podemos dizer que tenha sido tão mau assim, vamos ter uma grande parte do território coberto, não vai ser possível cobrir todo o território já com contentorização, essa será uma primeira fase. -----

---- Portanto, em breve nós vamos anunciar uma série de medidas sobre esta matéria. Portanto, essa é a nossa estratégia, valorizar, valorizar, valorizar mais possível dos resíduos que se produzirem porque se os conseguirmos valorizar eles deixam de entrar como um encargo para os produtores, que somos cada um de nós e, portanto, as tarifas podem ser mais baixas. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Dado que não há mais ninguém que deseja usar da palavra, a deliberação é.. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Tomado conhecimento.** -----

**Apuramento dos Votos: 41 presenças de 41 membros efetivos.** -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Vamos passar de seguida à leitura da minuta da reunião da Comissão de Finanças, que teve a sua reunião do dia vinte e dois de abril. Pedia então ao seu Coordenador da respetiva Comissão que viesse ler a minuta da sua reunião. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: A relatora da Comissão é a Ana Daniela que infelizmente teve que sair, cabe-me a mim enquanto coordenador. -----

---- Não é o relatório da Comissão, é a minuta da ata, tal como foi acertado em reunião de líderes, que as Comissões nas Assembleias Municipais passam apenas ler minutas. ----

---- No dia vinte e dois de dois mil e vinte e dois, na Câmara Municipal de Vila Real, reuniu a Comissão de Finanças, Atividades Económicas e Recursos Humanos. -----

---- Contou com a presença dos Membros da Assembleia Municipal de Vila Real, Rodrigo Sá (Coordenador - PS), José Gomes (PS), Francisco Nogueira (PS), Carla Mourão (CDS) e Hugo Afonso (PSD) e contou ainda com a presença do Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial da Câmara Municipal de Vila Real, Filipe Machado e do Diretor

Administrativo e Financeiro, Eduardo Varela. Não estiveram presentes os Membros Ana Daniela Alves (PS), que justificou a sua ausência e Luís Daniel Simões (Chega). -----

--- Antes da análise dos pontos da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, agendada para 28 de abril de 2022, a Deputada Carla Mourão solicitou a inclusão de uma sua intervenção na ata da reunião anterior, relacionada com as marcações das reuniões da Comissão. -----

--- A Comissão debruçou-se sobre os seguintes pontos da Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, agendada para 28 de abril de 2022. -----

2º Ponto - Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do Município, nos termos da Lei. -----

--- Foi dada a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro do Município, Eduardo Varela, que elencou uma série de indicadores presentes no documento, relacionados com recursos humanos, despesa, receita, capacidade de endividamento, saldo orçamental, equilíbrio orçamental, dívidas a fornecedores, balanço, resultado líquido, entre outros, concluindo que a situação financeira do Município é sustentável e saudável. -----

--- Sempre que necessário, as informações foram complementadas pelo Chefe da Divisão Financeira e Patrimonial, Filipe Machado. -----

--- Durante a exposição do Diretor Administrativo e Financeiro foram sendo colocadas algumas questões por todos os Deputados presentes, em ambiente de diálogo aberto, sobre os dados fornecidos e outros, referentes nomeadamente: -----

. À aceitação da delegação de competências na área da saúde, que acontecerá até ao final do presente ano; -----

. À manutenção do protocolo com a Cáritas Diocesana de Vila Real, que já existia com o Instituto da Segurança Social, relativo ao Rendimento Social de Inserção; -----

. À internalização da Gestão de Resíduos Urbanos na Câmara Municipal; -----

-- À decisão de não ser atribuído visto, por parte do Tribunal de Contas, ao empréstimo aprovado pela Câmara e Assembleia Municipais para a construção das novas piscinas municipais; -----

. À reserva presente no parecer dos Revisores Oficiais de Contas quanto à inexistência de contas aprovadas de 2021 das entidades participadas do Município. -----

Pontos 3º e 4º - Aprovar a celebração de Contratos-Programa para 2022 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habituação, E.M., SA e a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, nos termos da Lei. -----

--- Estes dois pontos foram discutidos em conjunto, tendo o Diretor Administrativo e Financeiro prestado as informações solicitadas. -----

--- A Deputada Carla Mourão questionou o facto de os pareceres dos Revisores Oficiais de Contas, em ambos os casos, serem da mesma empresa e terem praticamente o mesmo texto. O Diretor Administrativo e Financeiro explicou que se trata de um parecer tipo, com uma formulação específica e que compromete legalmente os ROC's. -----

--- O Deputado Hugo Afonso questionou se os valores dos contratos-programa eram iguais aos do ano anterior, tendo sido informado de que o valor do contrato-programa se

mantinha no caso do Régia Douro Park e que tinha um acréscimo de 30.000 euros no caso da empresa Vila Real Social, uma vez que a mesma havia perdido as receitas referentes à exploração de uma parte do estacionamento tarifado à superfície. -----

---- O Coordenador da Comissão, Deputado Rodrigo Sá solicitou ao Diretor Administrativo e Financeiro que fossem remetidos aos membros da comissão os relatórios de execução dos contratos - programa do ano anterior, o que aconteceu. -----

---- Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da Comissão de Finanças, Atividades Económica e Recursos Humanos da Assembleia Municipal de Vila Real. -----

Vila Real, 22 de abril de 2022. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Dar conhecimento que no dia dezoito de abril também reuniu a Conferência de Representantes. -----

---- Vamos passar à discussão do,

#### **SEGUNDO PONTO**

Apreciar e votar o Relatório de Gestão e Contas do Município, referentes ao exercício de 2021, e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea l) do nº. 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 18 de abril de 2022).

**Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.**

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18/04/2022, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação: -----

-----**ASSUNTO: - Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2021 do Município** -----

- Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor:

*“No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2021, constituídos por:*

- *Relatório de Gestão;*
- *Demonstração da Execução do Plano Plurianual de Investimentos (DPPI);*



- *Demonstração da Execução do Plano de Atividades Municipal (DPAM);*
- *Demonstração do Desempenho Orçamental;*
- *Demonstração de Execução Orçamental da Receita;*
- *Demonstração de Execução Orçamental da Despesa;*
- *Balanço;*
- *Demonstração dos Resultados por Natureza;*
- *Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras;*
- *Outros Documentos.*

*para que possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei.*

*Propõe-se que o resultado líquido de € 3.002.709,23 apurado no exercício de 2021 tenha a seguinte aplicação:*

- *Reservas Legais: € 150.135,46 (5%)*
- *Resultados Transitados: € 2.852.573,77 (95%)”*-----

-----*DELIBERAÇÃO: 1.º - Aprovar, por maioria, o Relatório de Gestão e Contas de 2021. Os Vereadores do PSD abstiveram-se.*-----

*2.º- Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, o Relatório de Gestão e Contas do Município, referentes ao exercício de 2021, e aplicação do resultado líquido, nos termos do 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, conjugado com a alínea l) do n.º. 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*-----

----- *Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.*-----

----- *Câmara Municipal de Vila Real, 18 de abril de 2022».*-----

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** *Pedia ao Senhor Presidente da Câmara, se quisesse, fazer a contextualização deste ponto, fizesse o favor.*-----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: *Relatório e Contas de 2021.*-----

----- *«Há cerca de um ano, iniciei a minha intervenção sobre o Relatório de Gestão e Contas do Município dizendo que “falar do ano de 2020 é falar do pior ano de sempre da nossa vida coletiva, nos últimos 100 anos.” Hoje, tenho que admitir que talvez me posso ter enganado. Dificilmente poderemos afirmar que 2021 foi melhor do que 2020.*-----

--- De facto, 2020 foi um ano extremamente difícil, em que fomos confrontados com o desconhecido e medo provocados pela pandemia COVID-19. Um ano em que não havia qualquer tipo de cura ou prevenção para a doença e para as suas consequências. Em que as Autarquias, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, como nível de poder mais próximo das populações, sentiram a obrigação de atuar imediatamente, lutando lado a lado com os agentes de saúde e da proteção civil. -----

--- Ações que foram desde a instalação do primeiro centro de vacinação do país, passando pela testagem de milhares de pessoas, até ao apoio direto a famílias, comércio e empresas. Não paramos nem um segundo. Terminamos esse ano de 2020 com a esperança trazida pelo surgimento de uma vacina. -----

--- Mas eis que chegou 2021. -----

--- Ao problema sanitário que se verificava e mantém até hoje, somamos uma crise de matérias-primas, uma carência de mão-de-obra, nomeadamente no setor da construção civil, novos confinamentos, novas necessidades de teletrabalho e ensino à distância, novas pressões sobre a infraestrutura de saúde, novas paragens da economia, a ameaça da subida das taxas de juro e, como se isto não fosse ainda suficiente, num ato de enorme irresponsabilidade, os partidos da oposição decidiram acrescentar uma crise política à tempestade perfeita. -----

--- Felizmente os Portugueses estiveram à altura da exigência do momento, e apostaram nitidamente na estabilidade que desejam para o país. -----

--- Resumindo, todas as dificuldades e limitações que se verificaram em 2020, quer às nossas vidas individuais, quer ao normal funcionamento das instituições e empresas, continuaram em 2021. -----

--- Hoje debruçamo-nos sobre o relatório de gestão e contas do Município de Vila Real do ano de 2021. Recordemo-nos de que este relatório incide sobre a execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021, aprovado nesta Assembleia. -----

--- Portanto, analisar este documento sem considerar o conjunto de variáveis que descrevi e fazer de conta que 2021 foi um ano normal, persistir nas mesmas críticas vazias do costume, ignorar que a ação de um município está absolutamente relacionada com o seu meio envolvente e o apoio à sociedade, é, no fundo, ignorar a realidade. -----

--- É desrespeitar todos aqueles que sofreram e sofrem, vítimas da pandemia pagando muitas vezes o preço mais alto, ou sofrendo com as consequências económicas e sociais da mesma. -----

--- É atentar contra o esforço dos trabalhadores do Município, dos Executivos das Juntas de Freguesia, do próprio executivo municipal que tiveram que se adaptar a um novo normal, que modificar procedimentos, que acudir a quem estava em dificuldades, no estrito cumprimento da missão do serviço público. -----

--- Obviamente, e principalmente quando falamos de obras, nem tudo correu exatamente como gostaríamos e foi necessário um grande esforço de adaptação e paciência. Houve atrasos. Há uma série de constrangimentos que afetam nossa vida diária. -----

--- Mas alguém no seu perfeito juízo consegue imaginar que o Executivo Municipal atrase propositadamente obras? Que eu, ou alguém da minha equipa, fique contente pelos constrangimentos que a obras, necessariamente, criam? -----

--- Acreditem que somos os primeiros a desejar que tudo corra como o planeado, e tudo fazemos para que assim seja. E, volto a dizer, não desistiremos e vamos continuar a fazer o que tivermos que fazer sem perder oportunidade de fazer Vila Real AVANÇARI. -----

--- Ainda assim, é com satisfação que apresento este documento à Assembleia Municipal de Vila Real. Se é verdade que, fruto das circunstâncias que já referi não foi possível atingir a totalidade dos objetivos que nos tínhamos proposto, ainda assim este Executivo Municipal conseguiu manter um elevadíssimo nível de execução. -----

--- 2021 foi um ano difícilíssimo, mas foi também o ano da conclusão do Mercado Municipal, da Avenida Carvalho Araújo, de quilómetros de pavimentações e saneamento nas freguesias não urbanas, enfim, foi mais um ano em que Vila Real avançou decididamente!

--- Quanto ao documento propriamente dito, mais uma vez ele é absolutamente claro e transparente, exemplar na forma traça o retrato da realidade da autarquia. No exercício de 2021 destacam-se os seguintes aspetos: -----

--- Em 31/12/2021 o nº de trabalhadores do município era de 570, ou seja, igual ao nº de trabalhadores em 31/12/2020. Registaram-se 19 admissões (3 Técnicos Superiores e 16 Assistentes Operacionais) para os serviços municipais e 19 saídas, sendo que 11 destas saídas dizem respeito a Pessoal que a Câmara Municipal recebeu do Ministério da Educação através da Transferência de Competências. -----

--- Infelizmente, destaca-se mais uma vez o envelhecimento dos trabalhadores municipais, já que cerca de 50% têm mais de 55 anos de idade. Também aqui estamos a trabalhar para a sua renovação. -----

**Relativamente às questões Orçamentais destacam-se os seguintes pontos: -----**

- O Orçamento inicial era de 61 milhões de euros terminando em 31/12/2021 com um valor de 66 milhões de euros. Realizaram-se 6 Alterações Orçamentais Permutativas e 3 Alterações Orçamentais Modificativas (conhecidas anteriormente como Revisões Orçamentais). -----

--- A Execução do Orçamento da Receita foi de 56,6 milhões de euros, a que corresponde uma Taxa de Execução de 85,7%. -----

--- A receita, no período 2018-2021, teve um crescimento médio anual de 25%, sendo que as receitas estruturais cresceram no mesmo período cerca de 12% ao ano. Repare-se que aqui as receitas cresceram, recebemos duzentos e vinte funcionários vindo da área da educação. E, portanto, tivemos a respetiva transferência para o pagamento desses funcionários. -----

--- Os principais agregados da Receita Estrutural são as Transferências da Administração Central que representam 54% do total, e os Impostos Diretos e Indiretos que representam 34%. -----

--- Cumriu-se o objetivo de ter sido alcançada a taxa de 85% de execução da Receita, nos termos do artigo 56º da Lei das Finanças Locais. -----

---- Já a execução da Despesa foi de 48,4 milhões de euros a que corresponde uma Taxa de Execução de 73%, sendo que na ótica dos compromissos a Taxa de execução foi de 96%.  
---- A despesa, no período 2018-2021, registou um crescimento médio anual de 20 % ao ano, sendo que as despesas estruturais cresceram no mesmo período cerca de 9,9% ao ano. -----

---- Nas Despesas Estruturais, as mais relevantes são com os projetos do Plano de Atividades Municipal, que representam 55% do total (Funcionamentos e manutenção dos equipamentos e infraestruturas municipais; Projetos nas áreas da Educação, Desporto, Cultura, Ação Social, Turismo e Animação, etc.; Apoios ao associativismo, às freguesias e outras instituições) e as Despesas com Pessoal que representam 39%. -----

---- Da conjugação da receita arrecadada e da despesa paga resultou um Saldo de Tesouraria de 8 milhões 201 mil 944,01 euros (pág. 92) que transitou para 2022 e já foi incorporado. Ainda em 2021 a Câmara Municipal utilizou empréstimos contratados no montante de 3 milhões 575 mil 790 euros. -----

---- Peço particular atenção para o facto de a Câmara Municipal, em 31/12/2021, possuir uma margem de 30,9 milhões de euros (página 84) para atingir o limite da sua dívida, nos termos da Lei das Finanças Locais, uma vez que deixou de existir o limite de 20% para o aumento da dívida total, nos anos de 2020 e 2021, de acordo com o artigo nº 2 da Lei nº 35/2020, de 13 de agosto. Sei que a questão da capacidade de endividamento do Município tem preocupado algumas pessoas, que poderão assim ficar absolutamente descansadas. -----

---- Cumpru-se, como habitualmente, o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na Lei das Finanças Locais, os seja, as Receitas Correntes foram superiores em cerca de 5,1 milhões de euros ao valor resultante da soma das Despesas Correntes com as Amortizações de Empréstimos. O Município tem, assim, uma margem confortável neste indicador. -----

---- Também é extremamente relevante destacar que não existia qualquer dívida a fornecedores em 31/12/2021, apesar de nesta data existirem faturas em conferência nos serviços, com o valor global de 569 mil euros. Estas são faturas que, por serem apresentadas nos últimos dias do ano e primeiros meses de 2022, ainda se encontram a percorrer o caminho da burocracia, mas que poderiam ter sido pagas face ao saldo de gerência existente. -----

---- De acordo com a fórmula prevista no Despacho do Ministro das Finanças publicado no DR-2ª série nº 71 de 13/04/2009, o prazo médio de pagamento em 2020 foi de 1 dia, continuando o nosso Município a destacar-se como um dos melhores pagadores ao nível nacional. -----

---- Em termos de Balanço regista-se um Ativo Líquido de cerca de 233,7 milhões de euros, ou seja, um crescimento de mais 11,9 milhões de euros que em 2020, (mais 5%), que se justifica quase na totalidade com a conclusão de alguns dos investimentos. Dito de outra forma, o Município tem mais valor no final de 2021. -----

---- Foi apurado um Resultado Líquido positivo de 3 milhões de euros neste exercício, que

*é proveniente dos Resultados Operacionais, e que têm a ver essencialmente com o aumento das transferências e subsídios e a redução de despesas no período. -----*

*--- Uma referência final ao facto de a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas na Certificação Legal das Contas apresentar uma Reserva, relacionada com o facto da Câmara Municipal não ter recebido as demonstrações financeiras de 2021 das associadas (Vila Real Social; Régia Douro Park e AdIN). Apesar de não ser legalmente obrigatório nesta altura, os Revisores gostariam de ter recebido essa informação. -----*

*--- Entretanto a AdIN já entregou as suas contas, cujo resultado líquido é positivo, impactando positivamente as contas globais do universo municipal. Quanto às restantes, têm sido verificadas grandes dificuldades na aplicação do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas que substituiu o POCAL). ---*

*--- No caso da Vila Real Social, esta empresa está a aproveitar o ano de transição que foi dado para a aplicação deste Sistema de Contabilização, ao passo que o Régia Douro Park solicitou (e foi-lhe concedida) uma prorrogação do prazo para a apresentação do encerramento do ano de 2021, já com o novo sistema. -----*

*--- No próximo mês de junho, quando a Assembleia Municipal for convocada a pronunciar-se sobre o relatório de contas consolidado do universo municipal, estas questões deverão estar já ultrapassadas. -----*

*--- Em suma, pode concluir-se que o município de Vila Real possuía em 31/12/2021 uma situação financeira saudável e sustentável. -----*

*---Estou à vossa disposição para quaisquer questões que desejem colocar. Muito obrigado». -----*

**---- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão sobre este segundo ponto enunciado na Ordem do Dia. Inscreveram-se os seguintes Deputados. -----

**---- A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP)** agradeceu e disse: Senhores Deputados. Registamos os principais números deste relatório de contas e do exercício, em que houve uma execução de despesa na ordem dos 73% corresponde a 48,4 milhões de euros, da receita na ordem dos 85.7% corresponde a 56.6 milhões de euros, notamos que há um saldo de gerência de 8.2 milhões de euros que transita para 2022. -----

**--- E, gostaríamos de ouvir o Senhor Presidente a dizer-nos por que é que não executou esta despesa, se não haveria capacidade para executar ou realizar investimento para que ela fosse uma realidade em linha com o que estava previsto no orçamento. -----**

**--- Houve também um valor de 8.7 milhões de euros de impostos diretos coletados em linha com o ano anterior, também questionamos por que é que optou não reduzir estes impostos e o esforço pedido aos cidadãos? Foi uma opção política? Estamos aqui para falar de opções políticas. -----**

**--- Bom, são números que queremos deixar aqui em casa por que é que não houve a opção política em antecipação de reduzir o esforço aos cidadãos, por que é que não houve**

capacidade de executar a despesa que o seu próprio Presidente previu realizar e reviu. São questões concretas que gostaríamos de saber. -----

---- Também gostaríamos de saber de que forma é que os cidadãos vão sentir o retorno e, quem está lá em casa deve questionar-se entregarmos 606 mil euros nas mãos de entidades terceiras, sejam elas as participadas, controladas, associadas nos termos contabilísticos que agora se utilizam, nomeadamente qual é o retorno quando entregamos 8.465 mil euros ao Museu do Douro; o que é que os cidadãos vão sentir de contrapartida, quando entregamos à Fundação de Serralves 25.000 mil euros; quando entregamos ao Régia Douro Park 200.000 mil euros (já a seguir nos vamos pronunciar sobre o contrato-programa desta e da Vila Real Social no valor 170.000 mil); às associadas Águas do Interior do Norte 102.547 mil euros e na Douro Alliance 100.826 mil euros, que eu diria se formos ver o âmbito de atuação da Douro Alliance ou do Régia Douro Park há uma certa sobreposição daquilo que é o exercício de uma e de outra. -----

---- E, portanto, gostaríamos de saber de que forma temos necessidade e o cidadão sente vantagem em ter 606.000 mil euros entregues por parte do Município a estas associações.

---- Escolhemos ainda, falar sobre as pessoas, ou seja, sobre os trabalhadores do Município. -----

---- Como o Senhor Presidente apresentou os números são 570 se consideramos o universo do Município e 621 se considerarmos as empresas municipais, a idade média são 53 anos, a antiguidade média 21 anos, 21% tem formação superior. -----

---- Registamos o aumento dos funcionários no Município, que o Senhor até detalhou aqui e a redução de 11 o que seriam os trabalhadores da descentralização de competências.

---- Eu questiono se o impacto dos funcionários da educação reportados no relatório e que pode abrir a página e verá aí, se não fizeram falta às escolas principalmente em ano de covid. Os números estão no relatório poderá ter oportunidade e vai ter certamente, de desdizer a redução destes 11 funcionários das competências recebidas. -----

---- Parece-me que, se faltarem funcionários nas escolas e no apoio às competências que foram descentralizadas pode ser crítico e terá certamente sido crítico para o seu correto acompanhamento nas escolas. -----

---- Era interessante, Senhor Presidente, que não houvesse interrupções e tentativas de conversa quando estamos aqui a falar porque retira um bocadinho o raciocínio. -----

---- Falando das pessoas, porque é que quisemos falar das pessoas? porque são a alma e o motor das organizações. E sem pessoas não fazemos acontecer e não nos desenvolvemos. -----

---- Eu registo que do plano de formação apenas foram concretizados três formações internas, ações de formação e sessenta e uma externas. -----

---- Eu própria participei em várias formações durante o covid e muita gente aproveitou e as plataformas online massificaram-se nesta altura, as opções de formação massificaram-se. Dos 570 trabalhadores só 177 trabalhadores, nas melhores das hipóteses, porque pode ter havido trabalhadores que frequentaram mais do que uma ação de formação assistiram a formação durante todo ano 2021. Destes 76 presencial e 101 online. -----

---- Também aqui vemos que a diferença entre os de presencial e online são assim tão significativos, o que notamos aqui é que não houve um esforço de investimento em formação neste ano, quando já estávamos no segundo ano da pandemia para realmente garantir a capacitação dos recursos. -----

---- O índice de participação, ou seja, anunciada no relatório, 31% contra 108% no ano de 2019, portanto é um terço, menos de um terço daquilo que havia realizado dois anos antes. Não houve tentativa de recuperação com a pandemia e não houve tentativa de encontrar alternativas. É um bocadinho como as obras não se procura alternativa, simplesmente se diz que não se pode dar uma data. Podemos estar a construir eternamente uma casa, uma obra porque não temos datas e ninguém se compromete a coisa nenhuma. Portanto, essa é a solução fácil, é não ter soluções, é não encontrar alternativas e outros cenários e adaptar-nos. -----

---- Eu lembro-me que a UTAD está aqui perto, a Câmara poderia ter-se socorrido da UTAD para apreender e utilizar plataformas de formação. -----

---- Relativamente ao índice de despesa de formação foi de 0,14 em 2021 contra 0,12 em 2019. Curiosamente num ano houve 108% de formação com o custo inferior ao que houve para um terço das pessoas e um terço das ações de formação em 2021. Estes números devem-nos fazer pensar. -----

---- Outro número que eu quero aqui salientar é o número de acidentes de trabalho. 24 acidentes de trabalho, tendo em conta que estamos em ano de covid em que as pessoas tiveram menos presentes. É importante perceber porquê o que é possível fazer para minimizar este número de acidentes de trabalho. -----

---- É a saúde e a segurança das pessoas que está em jogo. Eu gostaria de saber o que está a ser feito pela segurança e saúde dos trabalhadores por forma a tentar reduzir e ter um objetivo zero de acidentes de trabalho, que é normalmente o objetivo das empresas, é ter zero acidentes de trabalho. -----

---- A empresa ou o Município deve almejar, deve desejar ter este objetivo. Gostávamos de saber o que pode ser feito, o que está a ser feito para minimizar o número de acidentes de trabalho. -----

---- **Interrompeu o Senhor Presidente da Mesa, dizendo à Senhora Deputada para concluir.** -----

---- **Continuou a Senhora Deputada, dizendo vou mesmo concluir Senhor Presidente.** ----

---- Por fim, gostaria de perceber abriu-se um programa para pré-reforma que chegou ao final do ano com zero candidaturas. Gostaríamos de saber qual a razão para ter acontecido. Se tem a ver com o programa em si, a forma como está concebido, a sua divulgação, gostaríamos de saber porquê. Por que não é razoável implementar um programa e ter taxa de sucesso zero. -----

---- Entendemos, por fim, para concluir a minha intervenção, no CDS entendemos que a capacitação e qualificação é o pilar de desenvolvimento do Município, temos muitos trabalhadores, temos trabalhadores que precisam de se manter atualizados, formados e com a sua segurança e saúde protegida. -----

---- Face ao referido, parece-nos que 2021 foi uma oportunidade perdida nesta matéria e esperamos que sejam tomadas ações para melhorar estes números em 2022. Muito obrigada. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Esta nova versão do CDS ainda está em afinação. Assistimos no 25 de abril a um discurso sobre multiculturalismo, agora assistimos a um discurso sobre trabalhadores. Para mim faz-me, é novo e ainda precisa aqui de algumas afinações, mas saúdo a tentativa do CDS em ocupar o espaço do Bloco de Esquerda que infelizmente não tem estado connosco. -----

---- Mas a verdadeira razão pela qual eu pedi a palavra é para em nome da bancada do Partido Socialista dar os parabéns ao Executivo Municipal por, pelo segundo ano consecutivo e numa situação muitíssimo difícil, ter conseguido apresentar aos Vila-realenses e a esta Assembleia Municipal um documento que espelha bem o empenho e a capacidade e a competência, que de facto, grassam hoje o Executivo Municipal. -----

---- Assistimos a uma taxa de execução na ótica dos compromissos de noventa e seis por cento, no ano passado, em que todos nós estivemos cá e, portanto, nos lembramos bem do que aconteceu. É extraordinário, é algo que, se me tivessem perguntado no início do ano, eu acharia difícil, mas não. -----

---- De facto, ao nível da execução, na ótica dos compromissos executamos 96%, ao nível da receita executamos 85,7%, portanto, executamos acima daquilo que é o limite imposto na Lei das Finanças Locais. -----

---- E no meio disto tudo, o Município de Vila Real pagou aos seus fornecedores em um dia. Dir-me-ão e não é mentira, de facto, se a fatura entrar hoje não é paga amanhã, é verdade, mas a fórmula que calcula que o Município de Vila Real paga em um dia é a mesma que é aplicada a trezentos e oito Municípios deste país. E, em relação a Vila Real, o resultado é um dia. Estamos no top 10 das Câmaras que pagam melhor no nosso país, e isso tem que nos encher de contentamento. -----

---- Queria destacar, por fim, já foi motivo de discussão nesta Assembleia Municipal, a questão do limite para a capacidade de endividamento, que estava nos 30,9 milhões de euros a 31/12/2021. -----

---- Houve gente que de forma um bocadinho oportunista aproveitou o chumbo do Tribunal de Contas e, aproveitando também o facto da enorme maioria da população não fazer a mínima ideia como se processam estas coisas, começaram a lançar a ideia de que Vila Real estaria extremamente endividada, já não tinha capacidade de fazer mais obras, que o desastre da gestão municipal era a falência do Município de Vila Real e, afinal, a capacidade de endividamento do Município a 31/12/2021 era o dobro do que era necessário para assumir o empréstimo de 15,5 milhões de euros para as piscinas municipais, que nós aprovamos aqui nesta Assembleia Municipal. -----

---- Portanto, para quem estava preocupado, como disse o Senhor Presidente pode descansar. O Município de Vila Real, ao longo destes anos, também está no nosso



documento, tem vindo a pagar dívida e, apesar de assumir novos empréstimos bancários, que se refletem em obras que estão ao nosso serviço, de facto, tem uma situação financeira extremamente saudável e tem rácios que serão a inveja de grande parte dos Municípios deste país. -----

--- Portanto, acho que era importante o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aqui viesse dizer que o Executivo Municipal está de parabéns e que desejamos que este caminho continue, estamos certos que irá continuar porque simultaneamente temos uma Câmara Municipal saudável financeiramente e temos Vila Real a AVANÇAR. Muito obrigado. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém deseja usar da palavra. Não. Senhor Presidente faça favor para concluirmos este ponto. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: A Senhora Deputada Joana Rapazote colocou aqui um conjunto de questões e eu peço-lhe desculpa por lhe dizer isto com esta franqueza. -----

--- Dá-me a sensação de que não leu bem os números. Por exemplo, olha para o saldo imagina que o saldo é um montante de dinheiro que ali está e nós podemos usar naquilo que nos apetece. Não percebe que esse saldo está consignado. Dizendo de outra maneira, se a obra do Regimento de Infantaria 13 está em execução transita de um ano para o outro, eu tento lá ter dinheiro para pagar a obra até ao final, certo? -----

--- Significa também que não consegui pagar no ano que era previsível que ela acabasse e, portanto, não executei. Isto é, nós executamos setenta e seis por cento daquilo que estava para ser cumprido, consignamos noventa e seis por cento, um valor extraordinário, isto significa que temos compromissos face àquilo que está a ser desenvolvido e, portanto, quando as obras terminarem ou quando as ações terminarem, nós pagaremos. O processo é este, portanto não sobra dinheiro, mas também não deixamos dívidas. ----

--- Eu ainda sou do tempo em que as dívidas transitadas de um ano para o outro, houve um ano, dois mil e doze, a dívida era de nove milhões de euros. Nós gastamos o que temos e gerimos com parcimónia, nem mais nem menos. -----

---- Depois falou-nos das pré-reformas. O programa das pré-reformas é um programa do Estado Central. Porque é que as pessoas não aderiram às pré-reformas? Olhe vá-lhes perguntar, eu não lhe sei dizer, palavra de honra que eu não sei dizer, eu é que sei porque é que as pessoas não aderiram, se calhar consideraram melhor mantendo-se no ativo. ---

---- Olhe, este ano dois mil e vinte e dois já tivemos duas ou três intenções de pré-reforma. Em função do programa em si as pessoas avallam e se acham que lhes é benéfico aderem ao processo, se acham que não lhes é benéfico não aderem ao processo. -----

--- Sobre o número de funcionários, deve haver aí uma leitura errada porque nós temos exatamente o mesmo número de funcionários que tínhamos no ano anterior, exatamente o mesmo número e lembro que este ano, isto é no ano de dois mil e vinte e um tivemos felizmente um conjunto de apoios que nos permitiram reforçar muito os

funcionários nas escolas, nomeadamente os MAREESS (apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde). -----

---- A pergunta que eu faço é, alguém ouviu algum diretor de escola dizer que tinha deficit de funcionários? Eu não ouvi, eu reúno com eles com periodicidade, os rácios estão todos cumpridos, muitos casos ultrapassados, vamos muito para além dos rácios do Ministério da Educação. -----

---- E, portanto, eu não percebo de onde se tirou a ideia, essa estranha ideia que as escolas tinham menos gente do que aquilo que era necessário. -----

---- Sobre os acidentes. O nosso objetivo é ter zero acidentes rodoviários, zero acidentes de trabalho, tudo que sejam acidentes o nosso objetivo é ter zero. E tudo faremos, tudo o que está ao nosso alcance para que isso aconteça. -----

---- Agora, inevitavelmente há uma ou outra situação em que infelizmente há acidentes. Mas nós temos os mecanismos de proteção adequados, temos a formação que é adequada para que as pessoas não tenham esses acidentes de trabalho. -----

---- Agora eu não posso garantir que, olhe eu se calhar quando me levantar daqui posso torcer um pé e olhe é um acidente de trabalho, é a vida, o que é que eu vou fazer, é assim. Espero que isso não aconteça a nenhum dos que aqui está, inclusive a mim. -----

---- Fala, depois numa coisa que é a formação. Senhora Deputada é muito difícil dar formação a um cantoneiro via *online*, eu acho que há coisas que são realmente difíceis. Há o pessoal administrativo, os técnicos superiores nalgumas áreas, há quem tenha tido formação no ano anterior e não é necessário voltar a ter. -----

---- Eu li um texto, apetecia-me voltar a lê-lo, mas prometo que não vos vou maçar com isso, onde explicava que o ano dois mil e vinte e um foi infelizmente pior, nalgumas circunstâncias, do que o ano dois mil e vinte. Continuamos com a pandemia, continuamos com a falta de mão-de-obra, continuamos com teletrabalho, nalguns casos com encerramento de serviços porque o número de pessoas que tinham covid eram muito elevadas e tudo isso foram constrangimentos, não foram exclusivos da Câmara de Vila Real, foram de todas as Câmaras Municipais. -----

---- Nós temos, neste momento, um programa de formação com a Comunidade Intermunicipal do Douro que está a andar a todo vapor. Com certeza, que este ano teremos melhores indicadores se não acontecer outra coisa qualquer como aquela que nos aconteceu no passado recente. -----

---- Depois diz-me: o que é que resultou o investimento feito na Vila Real Social, no programa da Vila Real Social? Se perguntar às seiscentas famílias que habitam em casas da Vila Real Social, elas talvez lhe expliquem porque é que é necessário o dinheiro que investimos na Vila Real Social. E olhe que, em regra, são pessoas que necessitam, são famílias que necessitam de uma habitação social, em regra é isso que acontece. Elas percebem bem o significado deste contrato-programa. -----

---- Se perguntar às mais de quinhentas pessoas que estão no Régia Douro Park, elas também explicarão por A + B o porquê da necessidade de ter um contrato-programa com o Régia Douro Park. -----

--- Olhe, ainda há pouco discutíamos aqui a AdIN, se os nossos Municípios perceberem que apesar de estarmos a pagar muito mais em termos de depósito de lixo nos aterros fomos capazes de não aumentar a fatura, se perceberem que algumas áreas de tratamento de águas pluviais são tratadas num contrato-programa com a AdIN, etc., as pessoas perceberão por que é que há esta subvenção para AdIN. -----

--- Depois fala na sobreposição entre o Régia Douro Park e a Douro Alliance. Ó Senhora Deputada, eu esta não lhe consigo responder porque é falar em “alhos e falar em bugalhos”. Portanto, palavra de honra nem sei como lhe hei de responder. -----

--- Sobre apoios ao Museu do Douro. O Museu do Douro é uma infraestrutura de apoio à região. Nós somos Capital de Distrito. Herdamos essa situação e bem, e não é por isso que eu deixei de pagar a subvenção ao Museu do Douro porque é o Museu da Região. Nós somos também Douro, temos algumas obrigações que vão para além daquilo que a vista alcança, temos muitas obrigações para com a região, para com o norte do país, Serralves traz cá exposições. -----

--- Tudo isto é integrado e deve ser visto no seu conjunto. Aquilo que eu com sinceridade esperava era que o CDS chegasse aqui e dissesse: bem, nós estamos a analisar o documento de execução de dois mil e vinte e um. Nos finais de dois mil e vinte e um houve eleições e os Vila-realenses consideraram que essa execução, esse trabalho foi um bom trabalho, sentiram-no. Apesar de todos os constrangimentos, apesar do covid, apesar de tudo aquilo que aconteceu em vinte e um. -----

--- E, portanto, com estes indicadores, com esta margem de endividamento, com o facto de conseguirmos na lógica dos compromissos executados noventa e seis por cento, de termos todos os indicadores de apoio à economia (sabem qual é o maior apoio à economia?) é pagar num dia, é não permitir que os nossos fornecedores tenham trezentos e sessenta, quatrocentos, quinhentos dias de atraso como existem em muitas Câmara Municipais. Nós pagamos a um dia e, mais pagamos quase dez milhões de euros de empréstimos que herdamos, foram com certeza para obras, não vou aqui discutir o mérito ou desmérito desses empréstimos que pagamos. -----

--- Portanto, aquilo que eu esperava era que genericamente este relatório, até porque contas são contas, não há muito que merecesse grandes reparos. A Senhora Deputada foi tentar encontrar a “agulha no palheiro”, para poder aqui fazer um conjunto de reparos, que nós obviamente aceitamos, mas que não concordamos e para todos eles temos explicação. Muito obrigado. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: passaríamos de imediato à votação deste segundo ponto. -----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria o Relatório de Gestão e Contas do Município. Apuramento dos Votos: 41 presenças de 41 membros efetivos**

**Contra: 1 voto do Grupo Parlamentar Municipal do Partido CHEGA: Tiago Pinto Ribeiro da Costa.**

**Abstenções: 7 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do CDS-PP e PSD.**

**Do CDS-PP:** Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote e Maria José Félix Pinto Augusto Rebelo.

**Do PSD:** Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, Sónia Isaura dos Santos Lameirão, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso

**A favor: 33 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS.**

Apresentou Declaração de Voto o Grupo Parlamentar Municipal do PSD

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD):** - No uso da palavra, disse: *“O Grupo Parlamentar do PSD felicita e elogia o trabalho técnico deste documento, um autêntico rx do Município, um diagnóstico com muito conteúdo apresentado de uma forma clara e objetivo. Parabéns aos funcionários municipais que o redigiram.* -----

---- *Relativamente à apreciação que fizemos do documento em votação não podemos de deixar de evidenciar e partilhar aquelas que foram as reservas da entidade que certificou legalmente as contas.* -----

---- *Diz o parecer do Revisor Oficial de Contas: «“Bases para opinião de reservas”.* -----

---- *Não obtivemos, tal como a Entidade (Município), as demonstrações financeiras referentes ao período de 2021 das suas associadas (AdIN, Vila Real Social e Régia Douro Park), motivo pelo qual a rubrica das participações financeiras apresenta praticamente o mesmo valor que no período de 2020 (48.986.186euros). Esta situação consubstancia uma limitação ao âmbito do nosso exame, motivo pelo qual não estamos habilitados a emitir, e não emitimos, uma opinião sobre o valor apresentado na referida rubrica do balanço nem sobre a razoabilidade das respetivas imparidades».* -----

---- *Neste sentido, julgamos que o Relatório de Gestão e Contas deveria ter inscrito já as contas de dois mil e vinte e um das associadas e participadas, AdIN, Vila Real Social e Régia Douro Park.* -----

---- *Como tal não se verifica o Grupo Parlamentar Municipal do PSD absteve-se na votação deste ponto da ordem de trabalhos”.* -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passamos à discussão do,

### **TERCEIRO PONTO**

Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2022 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habituação, E.M., SA, ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 4 de abril de 2022

**Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.**

----- **«DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL.** -----

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 04/04/2022, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

-----**ASSUNTO: - Vila Real Social – Habitação, E.M., S.A - Contrato-Programa para 2022**

- Presente à reunião o Contrato-Programa a celebrar com a Vila Real Social – Habitação, E.M., S.A, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 08/03/2022, que se anexa.

Por Despacho de 31/03/2022 o Senhor Presidente da Câmara remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.

A despesa tem o cabimento orçamental n.º. 1650 Classificação Orgânica: 02 Classificação Económica: 05.01.01.01 Projeto do PAM: 2022/A/196.-----

-----**DELIBERAÇÃO: 1- Aprovar a proposta de Contrato-Programa.**-----  
**2 – Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato-Programa para 2022 celebrado entre a Câmara Municipal e a Vila Real Social - E.M., S.A., ao abrigo dos artigos 48º e 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**-----  
**Os Vereadores do PSD abstiveram-se.**-----

----- Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Câmara Municipal de Vila Real, 18 de abril de 2022».-----

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** Senhor Presidente da Câmara queira fazer a introdução do terceiro ponto da ordem de trabalhos. Faça o favor. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Julgo que o objeto do contrato-programa é claro, é transparente. Ele aumenta trinta mil euros relativamente ao ano anterior. -----

----- A bem da verdade até poderia aumentar mais ou deveria porque este aumento resulta da perda de receita, que por sua vez será incorporada no Município, pelo facto de a Vila

Real Social deixar de cobrar e ter à sua responsabilidade algum do estacionamento à superfície. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: está aberto o período de discussão sobre este ponto, quem quiser usar da palavra faça o favor de se inscrever. Senhor Deputado Hugo Afonso faça o favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Relativamente a este ponto há duas questões que colocamos. -----

1. Qual o critério para atribuição deste valor (200.000€)? É referido na cláusula terceira do contrato programa que “De acordo com o seu objeto social e com o estudo preliminar elaborado para o efeito e ajustado à presente data, a Vila Real Social terá previsivelmente no final de 2022 um resultado operacional negativo no valor de 200.000€.” -----

O grupo parlamentar do PSD vem requerer que seja disponibilizado a todos os membros desta assembleia o referido “estudo preliminar”. -----

2. Não seria mais recomendável e conveniente ter as contas de 2021 fechadas, para que pudesse ser feito um ajustamento ao valor a contratar? -----

---- Ainda há uma outra questão que gostávamos que ficasse clara, o Grupo Parlamentar do PSD não põe em causa o objeto do contrato-programa, as causas e os princípios. Peço ao Senhor Presidente que na sua resposta não insinue que o PSD está contra a Vila Real Social, está contra os funcionários da Vila Real Social ou está contra este programa. Simplesmente queremos perceber qual é, como dizia há pouco, o porquê deste valor de 200.000 mil euros. -----

---- Se puder dar uma explicação em termos de conteúdo e uma explanação tão claro como há pouco o Engenheiro Carlos Silva nos deu ficávamos muito agradecidos. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém quer usar da palavra sobre este ponto? Não havendo mais ninguém que o queira fazer, daria a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Sobre a segunda questão não vou repetir o que disse aquando da apresentação do documento anterior. Expliquei por A + B o porquê da reserva ROC, qual era o ponto de situação, que estava tudo legal, que em junho virão cá as contas consolidadas tal como a lei obriga, expliquei isso tudo.--

--- Apesar dessa explicação o Senhor Deputado e a sua bancada parece que não ouviu nada. Já trazem isto organizado de casa, portanto, repete. -----

---- Colocou a questão a resposta foi-lhe dada aquando da apresentação do documento do ponto número dois. Isso ficou absolutamente claro é uma questão técnica. -----

---- Sobre o valor do contrato-programa, eu não tenho de cor, mas é fácil de explicar. Há receitas e há despesas. -----

--- Como se sabe as receitas da Vila Real Social, exatamente pelo objeto da empresa porque não cobramos o valor real das rendas, mas há rendas que são de certa forma subsidiadas, não de forma direta ou indireta. E como a tendência é de se agravar, porquê? Porque temos verificado nos últimos anos que pessoas com rendas elevadas saem e as pessoas por concurso (e estou a falar por concurso porque no passado não era por concurso) lhes são atribuídas casas, em regra são pessoas que pagam rendas inferiores, há aqui um défice. -----

--- E nesse balanço entre a gestão do parque habitacional, com as características das pessoas que o ocupam e a receita há um diferencial, esse diferencial tem de ser coberto pela Câmara Municipal. -----

--- Com certeza que esse estudo depois será disponibilizado e será demonstrado. É só este diferencial que está em causa. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Mais alguém quer usar da palavra sobre este ponto? Não havendo mais ninguém que o queira fazer, vamos proceder à votação. -----

---- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria a celebração de Contrato-Programa para 2022 com a Empresa Municipal Vila Real Social-Habitação, E.M., SA.**

**Apuramento dos Votos: 35 presenças de 41 membros efetivos**

**Contra: 3 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do Partido CHEGA e CDS-PP.**

**Do Partido CHEGA: Tiago Pinto Ribeiro da Costa.**

**Do CDS-PP: Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote e Maria José Félix Pinto Augusto Rebelo.**

**Abstencões: 5 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, Sónia Isaura dos Santos Lameirão, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso**

**A favor: 27 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS**

**Apresentou Declaração de Voto o Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP.**

--- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: Declaração de Voto. -----

--- De lembrar que na génese da Vila Real Social estava a prestação do apoio social assistência sob a responsabilidade da Câmara Municipal. No entanto, por força da lei o seu âmbito de atuação foi sendo limitado a contra gosto dos Presidentes de Câmara. ----

--- E, ficou restringida às tarefas de gestão do parque habitacional, que se traduz em pequenas intervenções e obras e outras ações relacionadas, em que a principal é a cobrança das rendas e por acréscimo a gestão de parte do estacionamento público. ----

--- O CDS é favorável à extinção da Vila Real Social e tem ao longo dos anos de forma reiterada e detalhada, apresentado as razões para o justificar, acompanhadas dos números e atuação desta empresa cem por cento municipal. -----

---- Acreditamos na importância de prestar o melhor serviço aos cidadãos e porque as razões de fundo não se alteraram, somos coerentes na nossa posição porque privilegiamos a eficiência e eficácia na aplicação das verbas municipais, para garantir que efetivamente chegam a quem mais precisa. -----

---- Com a extinção da Vila Real Social podemos dispensar despesas em duplicado com assessorias externas com encargos de certificação, de fiscais únicos ou revisores oficiais de contas, com contabilidade à parte e com mais cargos de gestão. -----

---- Essas todas sim, que não trazem nenhuma vantagem para aqueles que mais precisam de habitação social. -----

---- O CDS está certo que a Câmara Municipal tem capacidade para assegurar estes serviços e, é por isso, que nós propomos a extinção da Vila Real Social enquanto empresa, por uma questão de racionalidade, transparência e efeito de escala. -----

---- Está nas mãos do Executivo Municipal garantir as condições e, certamente que os serviços municipais serão muito competentes para assegurar as tarefas, as funções, as responsabilidades atuais da Vila Real Social. -----

---- Incorporando os funcionários da Vila Real Social diretamente no Município, estes poderão prestar esses serviços entre outros, internalizando-se também o seu conhecimento, ou seja, o conhecimento que estes trabalhadores trazem para o seio dos próprios serviços municipais. -----

---- Relembro a intervenção na reunião de vinte e sete de dezembro a este propósito. ----

---- Os números da Vila Real Social são claros, por cada dois euros de renda que a Vila Real Social cobra, um euro é gasto para pagar o salário de quem os processa e de quem trabalha nisto. Ou seja, é óbvio que a Vila Real Social está a consumir as verbas essencialmente no funcionamento da própria empresa e a pagar salários, em vez, de o gastar naquilo que é verdadeiramente importante e essencial o apoio aos cidadãos que mais precisam. -----

---- Porque defendemos que uma política de habitação social tem que ser verdadeiramente vocacionada para os cidadãos, somos desfavoráveis à concretização deste contrato-programa no valor de cento e setenta mil euros, pois consideramos que a Vila Real Social deve ser extinta e os seus serviços internalizados no município. Muito obrigada. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: iríamos passar de imediato à discussão do,

#### **QUARTO PONTO**

Aprovar a celebração de Contrato-Programa para 2022 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, ao abrigo dos artigos 47º e 59º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da alínea n) do nº 1 artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (deliberação da Câmara Municipal de 4 de abril de 2022).



Sobre este assunto transcreve-se para a ata o teor da certidão da deliberação da Câmara Municipal.

— «DR. EDUARDO LUÍS VARELA RODRIGUES, DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DO MUNICÍPIO DE VILA REAL. —————

----- **CERTIFICO** que, da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 04/04/2022, aprovada em minuta no final da reunião para efeitos e execução imediata, consta, de entre outras, a seguinte deliberação:

----- **ASSUNTO: - Associação para o Desenvolvimento da Régia Douro Park - Contrato Programa para 2022** -----

- Presente à reunião o Contrato Programa para 2022 a celebrar com a Associação para o Desenvolvimento da Régia Douro Park.

### **CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL E A ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RÉGIA-DOURO PARK**

#### **“Preambulo**

O Município de Vila Real em conjunto com a Portus Park, UTAD, Município de Bragança e IPB constituíram a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, através de escritura pública celebrada em 29/10/2008, no âmbito da implementação do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes e Alto Douro, com o principal objetivo: o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

- Considerando que os fatores críticos de sucesso de um parque industrial são os mesmos do desenvolvimento empresarial, que se deve reger pelos conceitos de fomento do empreendedorismo e qualificação da atividade empresarial, nomeadamente a localização das empresas, promovendo:

i) a construção de espaços qualificados e submetidos a todos os critérios necessários ao seu regular funcionamento;

ii) a instalação de empresas, criando mecanismos de simplificação e ajuda no processo de mudança;

iii) a disponibilização de serviços de valor acrescentado à atividade das empresas instaladas;

- Considerando que após a aprovação da candidatura da Nova Zona Industrial, a Associação tem vindo a apoiar o Município na gestão da mesma, através de disponibilização de recursos humanos para acelerar o processo de aquisição de terrenos; Considerando que face à crise pandémica que o país atravessa, a Associação Régia-Douro Park, tem vindo a assumir um papel crucial no apoio ao combate à Covid-19, através da

cedência de equipamentos ao Hospital de Vila Real, cedência de espaço à Unilabs para instalação da tenda destinada à realização de testes Covid; e durante o ano 2021, ainda a cedência de espaços e equipamentos à ACES Marão – Douro Norte, para o funcionamento do centro de vacinação e armazenamento do stock das vacinas.

Considerando que a nível de apoio às empresas tem vindo inclusive a se destacar no apoio ao desenvolvimento da Plataforma Municipal “VilaRealOn” através de recolha de informação dos empresários/empresas instaladas em Vila Real, divulgação e verificação das medidas a implementar nas “empresas” por forma a cumprir todas as normas de segurança impostas pela Direção-Geral de Saúde – distribuição do selo “Comércio Seguro” pelos espaços comerciais que cumprem todos os requisitos mínimos para a segurança dos consumidores; e mais recentemente o apoio no desenvolvimento da plataforma dos CTT – comércio Local, uma plataforma desenvolvida pelos CTT que visa dotar as empresas de um aumento nas vendas online dos seus produtos.

Nestes termos é celebrado o contrato-programa, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de agosto, válido para o ano 2022 e que se regerá pelo seguinte:

### **CONTRATO-PROGRAMA**

Município de Vila Real, com sede na Avenida Carvalho Araújo, pessoa coletiva n.º 506 359 670, representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Rui Jorge Cordelro Gonçalves dos Santos, que outorga no uso dos poderes concedidos no artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

e

Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, com sede na Avenida Carvalho Araújo, pessoa coletiva n.º 508 774 128, representada pelo Dr. Nuno Miguel Félix Pinto Augusto, com poderes para o Ato, adiante designado por Segundo Outorgante.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **Objeto**

O presente contrato-programa tem por objeto estabelecer uma cooperação entre os outorgantes na área de desenvolvimento económico da região, apoiando o desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia, realização de atividades empresariais, o apoio e gestão da candidatura da Nova Zona Industrial de Vila Real; (atividades descritas no ANEXO I)

Visa ainda o contínuo apoio ao 1º outorgante no apoio ao combate à pandemia Covid-19, através de cedência de instalações para o Centro de Testes Covid da Unilabs.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **Vigência**

*O presente contrato-programa entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo efeitos financeiros até 31 de dezembro de 2022.*

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### ***Princípios e Orientações Estratégicas***

##### **Missão**

*Apoiar o desenvolvimento económico da região, criando incentivos com a finalidade das empresas se estabelecerem no concelho.*

*O Parque conta com múltiplas valências de suporte a empreendedores e empresas, projetos empresariais, investidores nacionais e internacionais, promoção da investigação, assim como desenvolvimento e transferência de tecnologia e conhecimento.*

##### **Responsabilidades**

*A Associação para o Desenvolvimento Régia-Douro Park, apresenta responsabilidades para com as entidades fundadoras (Câmara Municipal de Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Câmara Municipal de Bragança, Instituto Politécnico de Bragança e Portus Park);*

*Responsabilidades perante as empresas alocadas no Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real;*

##### **Princípios orientadores de gestão**

- a) Garantir às empresas alocadas no Parque boas condições físicas do espaço;*
- b) Promover, divulgar e executar ações realizadas no Parque de Ciência e Tecnologia de Vila Real e das empresas alocadas nele;*
- c) Acompanhar o crescimento das empresas instaladas no P.C.T.*
- d) Apoiar projetos empresariais e novas start-up's;*
- e) Incentivar investimentos nacionais e internacionais para o concelho;*
- f) Respeitar os princípios de igualdade e transparência;*
- g) Gerir os espaços da (antiga) Zona Industrial;*
- h) Acompanhar e gerir a candidatura da Nova Zona Industrial;*
- i) Apoiar a realização de ações para combate à crise económica instalada no setor empresarial*

### **CLÁUSULA QUARTA**

#### ***Quadro Económico ou Valor dos serviços***

*A prática de preços adotadas pelo 2º outorgante é inferior aos preços atualmente praticados no mercado por forma a apoiar a implementação e crescimento das empresas;*

*O acompanhamento e apoio às políticas de desenvolvimento económico da região, bem como as ações de apoio ao combate da pandemia Covid-19, traduzem-se em encargos financeiros sem qualquer outra contrapartida financeira senão a deste contrato-programa.*

*Neste sentido, e, no âmbito deste contrato-programa o 1º outorgante deverá proceder ao financiamento da atividade do 2º outorgante no valor de duzentos mil euros.*

#### **CLÁUSULA QUINTA**

##### **Comparticipação Financeira**

*A fim de executar todas as atividades constantes no Plano de Atividades 2022, o primeiro outorgante compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante, no valor de €200 000,00 (duzentos mil euros).*

#### **CLÁUSULA SEXTA**

##### **Fundamentos**

*Nos termos da lei, o presente contrato-programa é celebrado tendo em vista os seguintes fundamentos:*

- 1. Com os valores a transferir pelo Município de Vila Real constantes na cláusula anterior visa-se financiar a gestão dos pontos enumerados na cláusula primeira.*
- 2. Pretende-se também compensar a Associação a título de subsídio de exploração, pela execução dos serviços a preços inferiores aos custos efetivos, por forma a apoiar o desenvolvimento económico da região.*

#### **CLÁUSULA SÉTIMA**

##### **Ações, Indicadores e Objetivos**

*As atividades referidas na cláusula 1 do presente contrato-programa inscrevem-se na missão de executar toda a gestão e exploração do Parque Industrial, do Parque de Ciência e Tecnologia, sendo o presente contrato-programa celebrado tendo em vista os seguintes objetivos, aos quais estão associados os seguintes indicadores:*

##### **1. Ações:**

*Realização de workshop's sobre o empreendedorismo;  
Participação em feiras e outros eventos para promoção do Município de Vila Real  
Manutenção da Zona Industrial;  
Gestão/manutenção do Parque de Ciência e Tecnologia;  
Acompanhamento e gestão da candidatura da Nova Zona Industrial:*

##### **2. Indicadores;**

*Nº de reuniões com empreendedores;  
Nº ações de incentivo ao empreendedorismo  
Nº de acolhimento de empresas*

*Nº de novas empresas*

*Nº de escrituras celebradas no âmbito da candidatura da Nova Zona Industrial*

*O cumprimento das metas e penalizações destes indicadores encontram-se descritas no Anexo II.*

### **3. Objetivos**

*Captação de investimento nacional e internacional para o concelho de Vila Real;*

*Promoção do Município de Vila Real;*

*Apoio às empresas alocadas no Parque de Ciência e Tecnologia em particular mas também no Município de Vila Real.*

*Acompanhamento e gestão da candidatura da Nova Zona Industrial;*

*Apoio às políticas empresariais de desenvolvimento económico adotadas pelo Município de Vila Real.*

## **CLÁUSULA OITAVA**

### **Obrigações do Primeiro Outorgante**

*Constitui obrigação do primeiro outorgante a disponibilização financeira à segunda outorgante do valor*

*previsto na cláusula quarta, a ser realizada durante o ano 2022, de acordo com o seguinte cronograma:*

*Abril – €100 000*

*Junho - €50 000*

*Outubro - €50 000*

## **CLÁUSULA NONA**

### **Obrigações da Segunda Outorgante**

*Sem prejuízo das obrigações estatutárias e decorrentes da Lei, a segunda-outorgante obriga-se a:*

- a) Proporcionar ao primeiro outorgante as condições adequadas para o controlo e auditoria de todo o exercício de funções que lhe são cometidas ao abrigo do contrato-programa, nas suas componentes material, financeira e contabilística;*
- b) Comunicar ao primeiro outorgante qualquer alteração ou ocorrência que ponham em causa os objetivos e obrigações assumidos;*
- c) Fornecer todos os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização de realização e de resultado do projeto;*
- d) Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal, segurança social e o primeiro outorgante;*
- e) Apresentar relatório semestral da execução do contrato-programa, ou com outra periodicidade, que a primeira outorgante solicite, que traduza a situação*

acumulada nessa data da execução material e financeira da operação e dos desvios face ao programado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA**

#### **Princípio da Cooperação**

O primeiro e segundo outorgantes obrigam-se reciprocamente, a cooperar entre si no sentido de garantir a realização integral do objeto do presente Contrato-programa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

#### **Revisão do Contrato-Programa**

O clausulado do presente Contrato-Programa pode ser objeto de revisão, por acordo de partes, no que se mostre estritamente necessário.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA**

#### **Resolução do Contrato**

Resolução, despesas e encargos sem prejuízo de eventuais indemnizações, os outorgantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

A segunda outorgante é responsável por todas as despesas e encargos que resultarem da celebração e eventual incumprimento do presente contrato, nele se incluindo todas as despesas judiciais e extrajudiciais que, por força do mesmo, sejam realizadas pelo primeiro outorgante ou por qualquer outra pessoa ou entidade que venha a atuar mandatado por este.

### **CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA**

#### **Gestor do contrato**

É nomeada a Dra. Rita Mafalda Teixeira Estácio, como gestora do contrato-programa”.

Por Despacho de 31/03/2022 o Senhor Presidente da Câmara remeteu o assunto à reunião do Executivo Municipal.

A despesa tem o cabimento orçamental n.º. 1688 Classificação Orgânica: 02 Classificação Económica: 040701 Projeto do PAM: 2022/A/197.-----

----- DELIBERAÇÃO: 1- Aprovar a proposta de Contrato-Programa.-----

2- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a celebração do Contrato-Programa, para 2022, com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park nos termos dos artigos 47º e 59º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, conjugado com a alínea n) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Os Vereadores do PSD abstiveram-se.-----

----- *Por ser verdade, mandei passar a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso neste Município.* -----

----- *Câmara Municipal de Vila Real, 18 de abril de 2022».*-----

**ENTRANDO NA DISCUSSÃO DESTE PONTO, O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse:** Senhor Presidente da Câmara faça o favor. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Acho que este ponto está claro e é também muito transparente. Já sei que há quem defenda a extinção das empresas municipais ou das participadas, nomeadamente o Régia Douro Park, da Vila Real Social e de outras. -----

---- Eu na última Assembleia Municipal disse que eu também era favorável à extinção do CDS-PP na Assembleia da República, os concidadãos, os nossos cidadãos fizeram com que tal acontecesse e, talvez isso seja um facto também, por esta sistemática manipulação oral de factos, porque se os funcionários do Régia Douro Park viessem para a Câmara Municipal, nós tínhamos que lhe pagar salário para fazerem o trabalho que estão a fazer. E o mesmo acontece em todas as outras estruturas. -----

---- E, portanto, a vida é o que é, nós e antes de nós, o Doutor Manuel Martins enquanto Presidente de Câmara que criou estas empresas, não o Régia, mas a Vila Real Social e o Régia de certa forma, tinham outra leitura. -----

---- Estranhámos que se mudando os tempos mudam-se as leituras e mudam-se as posições em função de quem circunstancialmente está à frente da Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e abriu o período de discussão à Assembleia sobre este quarto ponto para quem quiser usar da palavra. -----

---- Senhor Deputado Hugo Afonso faça o favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Também neste ponto consideramos que: -----

*1. Não seria mais recomendável e conveniente ter as contas de 2021 fechadas, apesar de percebermos e ouvimos bem a explicação que foi dada para não as termos hoje, mas é nossa opinião, até para que pudesse ser feito um ajustamento eventualmente ao valor a contratar? É nessa perspetiva que nós falamos e ouvimo-lo bem.* -----

*2. Qual o critério para atribuição deste valor (200.000€)? Curiosamente o mesmo valor da Vila Real Social. É referido na cláusula quinta do contrato programa que “A fim de executar todas as atividades constantes no Plano de Atividades de 2022, o primeiro outorgante (Município) compromete-se a prestar apoio financeiro ao segundo outorgante (Régia Douro Park) no valor de 200.000€”. Como se chegou ao valor de 200.000€? Não estamos*

a dizer que é muito nem pouco, não diga depois que nós dizemos que é muito, estamos a questionar por que é 200.000€? -----

---- Neste sentido o grupo parlamentar do PSD vem também à semelhança do outro contrato-programa requerer que nos seja disponibilizado a nós e a todos os membros desta assembleia o referido plano de atividades com o respetivo orçamento suporte. O Plano de Atividades efetivamente ele aparece no contrato-programa, mas não aparece o orçamento para fazer cumprir esse plano de atividades. É isso que nós estamos a solicitar. ---- Mais uma vez, para que fique registado também não pomos em causa, à semelhança do contrato-programa da Vila Real Social, não pomos em causa o objeto do contrato-programa, as causas, os princípios, a necessidade e a utilidade deste contrato-programa. Muito obrigado. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. No momento em que discutimos o contrato-programa para o Régia Douro Park, sinto-me na obrigação de vir aqui sublinhar o sucesso que tem sido o Régia Douro Park no Concelho de Vila Real. -----

---- De facto, seis anos após da implantação do Régia Douro Park, cerca de quinhentos postos de trabalho foram criados, cerca de cento e dez empresas estão instaladas no Régia Douro Park, um volume de negócios superior a cinquenta milhões de euros por ano. ---- E um projeto que está a crescer, um projeto que está a alargar o seu âmbito de atuação, que não se cinge apenas ao Concelho de Vila Real, mas presta serviços inclusivamente a toda a Comunidade Intermunicipal do Douro e, onde o espaço começa a escassear para a instalação de mais empresas que procuram o nosso Concelho e em particular o ecossistema do próprio Régia Douro Park, a rede que existe no Régia Douro Park. -----

---- Eu concordo com o Senhor Deputado, se calhar duzentos mil euros até é pouco porque, de facto, aquilo que o Régia Douro Park vai fazendo, quer ao nível do apoio às empresas, quer ao nível por exemplo do trabalho que faz juntamente com o setor educativo ao nível da educação financeira é algo que merece o nosso reconhecimento e merece o nosso destaque. -----

---- E, portanto, acho que este é projeto vencedor, é um projeto em que este Executivo Municipal apostou desde o primeiro instante, em que investiu muito dinheiro inicialmente. Na altura recorde-me bem, sem recorrer um cêntimo à banca para concluir, e, portanto, o Régia Douro Park nasceu sem dívida, sem passivo e passados estes poucos anos é um exemplo no país e, nomeadamente, no interior de Portugal. -----

---- Portanto, queria apenas em nome da bancada do Partido Socialista sublinhar a importância que o Régia Douro Park hoje tem para toda esta região e a necessidade de continuar a apostar neste projeto. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém deseja usar da palavra sobre este assunto? -----



---- Faça favor Senhor Presidente. -----

---- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu não acrescentaria rigorosamente mais nada àquilo que disse no ponto anterior. -----

---- Direi apenas, que se era necessário disponibilizar o estudo, bastava tê-lo pedido, até porque ele foi disponibilizado nas reuniões de Câmara Municipal. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém deseja usar da palavra, faça favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Apenas só para reforçar a isto que o Senhor Presidente agora disse. A única coisa a solicitada por parte, até foi da minha parte, ouvindo os Deputados presentes, a única coisa que foi solicitada relativamente a estes dois pontos foi o contrato de execução dos contratos-programa dos anos anteriores. E que foram disponibilizados no dia seguinte. -----

---- Portanto, nunca foi solicitado por parte da oposição em sede da Comissão de Finanças, onde facilmente poderiam ter feito esse pedido e, com a mesma rapidez com que foi fornecido o contrato de execução, poderia ser fornecido o estudo, isso não foi solicitado.

---- Portanto, em futuras ocasiões, de alguma forma emboscar aqui o Executivo com um documento que obviamente não terão consigo, seria mais interessante aproveitar o momento em que estamos, neste caso, estávamos até com dois responsáveis máximos a nível financeiro do Município para solicitar essa documentação, que de facto é relevante. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém deseja usar da palavra, faça favor. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL HUGO AFONSO (PSD)** agradeceu e disse: Eu de facto não quero consumir mais a vossa paciência, mas eu acho que importante, importante era antes de passarmos para a Comissão, quando vem um documento aqui para ser votado e é referido outro documento, esse documento deve vir anexo aos documentos que vêm para discussão. -----

---- Nós estamos a votar, não temos que ir à Comissão, nem à reunião de Câmara, ou aqui ou além, não. Se vem um documento para aprovar tem toda a legitimidade, nem nós deveríamos estar a pedir isso. Se é referido conforme o documento X esse documento X deveria vir anexo aqui. Muito obrigado. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém deseja usar da palavra, faça favor. -----

----- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Muito rapidamente para dizer o seguinte, observando os documentos que nos são facultados, são nomeadamente referidos uma série de diplomas legais. -----

---- Se tiverem que ser fornecidos todos os Diários da República que são referidos nos vários documentos vamos passar a gastar muitíssimo mais papel. -----

---- O documento é referido e o princípio da boa-fé diz-nos ou deve dizer-nos ou deveria dizer-lhes, Senhor Deputado, que se o documento é referido como bom ele será bom, havendo dúvida, tal como aconteceu em relação aos relatórios de execução dos contratos-programa dos anos anteriores, o Senhor Deputado só teria que aproveitar. ----

---- E eu só falei da comissão pelo simples facto de que é prático, somos poucos, estamos sentados, estamos a falar precisamente destes assuntos e é fácil, tal como aconteceu aos relatórios de execução dizer eu gostava de ter o documento porque ele não veio e no dia seguinte o documento estava lá. E gostava de ter também o estudo de justificação e, no dia seguinte ele provavelmente ele estava lá. -----

---- Perdemos tempo numa Assembleia Municipal que, de facto, o Executivo Municipal não pode trazer todos os documentos que os Senhores Deputados considerem necessário apresentar, pelo menos, naquele momento e, por outro lado, acabamos por passar ao lado daquilo que é verdadeiramente relevante aqui, no caso concreto do contrato-programa. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e perguntou se mais alguém deseja usar da palavra, não havendo mais ninguém que queira usar da palavra sobre este ponto, daria a palavra ao Senhor Presidente para concluir esta discussão. -----

----- **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Eu julgo que tudo é absolutamente claro, nada que dissesse acrescentaria ou esclareceria o que quer que seja. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passaremos de imediato à sua votação. -----

----- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria a celebração de Contrato-Programa para 2022 com a Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park.**

**Apuramento dos Votos: 39 presenças de 41 membros efetivos**

**Contra: 2 votos dos Grupos Parlamentares Municipais do Partido CHEGA e CDS-PP.**

**Do Partido CHEGA: Tiago Pinto Ribeiro da Costa.**

**Do CDS-PP: Joana Costa Lopes Gonçalves Rapazote**

**Maria José Félix Pinto Augusto Rebelo do CDS-PP ausentou-se da sala por considerar que o assunto gerava conflito de interesses.**

**Abstenções: 5 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PSD, Maria João Filomena dos Santos Pinto Monteiro, Pedro Fernando Seixas Leite da Silva, Sónia Isaura dos Santos Lameirão, Alina Maria Azevedo Sousa Vaz, Hugo Miguel dos Santos Afonso**

**A favor: 32 votos do Grupo Parlamentar Municipal do PS.**

Apresentou Declaração de Voto o Grupo Parlamentar Municipal do CDS-PP.

--- **A DEPUTADA MUNICIPAL JOANA RAPAZOTE (CDS-PP):** - No uso da palavra, disse: Declaração de Voto. O CDS entende que por princípio deve assegurar a sua missão de forma direta em nome de uma maior transparência e racionalidade económica dispensando despesas em duplicado com assessorias externas, com encargos vários, com revisores oficiais de contas, com contabilidades à parte e com mais cargos de gestão. ---

--- Assim, consideramos que o Município deve privilegiar a capacitação dos seus serviços para que possa prestar diretamente aos seus Municípes serviços de máxima excelência, sem necessidade de estabelecer com empresas municipais ou outras entidades externas, neste caso o Régia Douro Park, contratos como que pretende ver aprovado aqui e que prevê transferência de duzentos mil euros das verbas do município. Muito obrigado. ----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Passemos ao período destinado após a ordem do dia. -----

#### **APÓS A ORDEM DO DIA**

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Disse: Temos agora uma inscrição para o período após a ordem do dia, que é requerido pelo Senhor Sérgio Ramos, a quem eu convidava para vir usar da palavra, faça o favor. -----

--- Senhor Sérgio informamos que tem direito a explicar o seu assunto durante cinco minutos e depois terá também direito de resposta de cinco minutos. -----

---- **O CIDADÃO SÉRGIO RAMOS:** - No uso da palavra, disse: Boa noite. -----  
Excelentíssimo Senhor Presidente permita-me que o cumprimente e na sua pessoa toda a Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente do Executivo, Excelentíssima Senhora e Senhores Vereadores. Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Excelentíssimas Senhoras e Senhores funcionários da Autarquia que permitem levar acabo estas sessões da Assembleia Municipal. Excelentíssimo público aqui presente. Excelentíssimos Membros da UTADTV. Excelentíssimo público que nos vê através da UTADTV. -----

**Caros concidadãos,** -----

--- Hoje tomei o lugar neste púlpito no âmbito daqueles que são os meus direitos de cidadão, no que concerne à sua participação direta nas Assembleias Municipais, se bem, não carecia dessa referência regimental porque sempre ficou bem patente pelo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, onde este é o lugar onde todos têm o direito à palavra porque este é o lugar da democracia por excelência. -----

---- E por essa sua visão, que tende a aproximar o cidadão do centro de decisões que estruturam parte da sua vida felicito-o publicamente. -----

---- Mas aquilo que me fez estar aqui hoje é porque no âmbito do Regimento da Assembleia Municipal, mas acima de tudo no âmbito daquilo que é e deve ser sempre o respeito por aqueles que foram democraticamente eleitos e estão no exercício das suas funções. -----

---- Devo um pedido de desculpas a esta Assembleia e em específico ao Deputado Rodrigo Sá, pelo facto, na Assembleia anterior do dia vinte e oito de fevereiro, que teve lugar no Teatro Municipal, de me ter manifestado de forma audível na plateia aquando de uma intervenção do Deputado Municipal no período após a Ordem do Dia. -----

---- Peço desculpa do incidente, que não faz jus ao Regimento e ao bom senso que deve imperar nesta Assembleia Municipal, tal como estabelece o nº 2 do artigo 49º do já referido documento. -----

---- Por isso estou aqui hoje para efetuar um pedido de desculpas, pois nem o lugar, nem o tempo e nem o modo foram os apropriados. Mas também para reafirmar as razões que estiveram na base daquele incidente. -----

---- Este é o espaço do debate político que diz respeito a todos nós, independentemente do nosso posicionamento político ideológico, cultural e académico e todos os outros. ----

---- O espaço onde o cidadão sabe sempre tomar as decisões importantes sobre a sua vida. O espaço onde cada cidadão se deve sentir convidado a participar, a não ser que se queira transformar a Assembleia num espaço hermético, vedado à participação do público em geral e onde só os eleitos têm direito de participação. -----

---- Não me parece que esta seja a razão de existir uma Assembleia Municipal. -----

---- Mostrei a minha revolta e por isso peço desculpa e reafirmo essa revolta porque nenhum cidadão pode sentir que a sua participação preocupação trazida a uma sessão da Assembleia pode ser alvo de “juízo de valor” só porque existe um passado do qual teimamos em não nos libertar. -----

---- Se o nosso passado se apresenta sempre como um obstáculo à mudança para que serve os tribunais sociais e até simplesmente a consciência? -----

---- E mesmo que o seu passado não se constitua como erro, ao cidadão não pode ser vedado o direito existencial de participação na construção da sua própria história. Todos os cidadãos são cidadãos de pleno direito. -----

---- Esta Assembleia não pode permitir que os Vila-realenses tenham receio em fazer chegar as suas opiniões, preocupações e contributos. Nenhum Vila-realense fruto de uma condição humana específica, o mundo simbólico específico tributário de áreas sociais, culturais específicos pode sentir que pode sair de uma sessão da Assembleia Municipal humilhado em função do seu passado, condição cultural, educativa ou outra. -----

---- Aqueles que aqui estão, estão porque aceitaram o desafio de se submeter a sufrágio, sabendo das competências a que o seu exercício obrigava e obriga, se forem

interpretados numa linguagem política com conceitos apenas acessíveis àqueles que gravitam à volta do campo formal têm de correr o risco de serem humilhados, por opção consciente a isso se submeteram. -----

---- Mas o cidadão comum, aquele que vive os problemas do dia-a-dia e que tem uma condição humana intelectual cultural determinada pelas suas condições de vida, tem o direito de na sua simplicidade linguística e analítica expor os problemas, opiniões perante esta Assembleia. -----

---- Eu como cidadão comum não posso considerar que apenas posso ter uma participação nesta Assembleia Municipal, se for detentor de um código linguístico elaborado estiver preparado para o combate político. -----

---- Esta Assembleia tem que transparecer abertura e garantir que nenhum cidadão, seja ele qual for, saia daqui com o rabo entre as pernas. Salvaguardando-se, claro está, os casos específicos, em que o próprio cidadão se dirige a esta Assembleia com uma intervenção revestida de má-fé. -----

---- E, só para finalizar, parece-me que tive a honra, penso eu, de ser o último interveniente no PAOD com a Dona Lurdes em funções. Muito obrigado Dona Lurdes, obrigado Senhor Presidente. -----

---- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: Muito obrigado Sérgio Ramos. Eu daria a palavra ao Deputado Rodrigo Sá. -----

---- **O DEPUTADO MUNICIPAL RODRIGO SÁ (PS)** agradeceu e disse: Começo por cumprimentar o cidadão Sérgio Ramos, que já conheço algum tempo, pelo menos desde de setembro do ano passado, onde tive o gosto de o ter num programa de rádio que já faço há muito, muitos anos e em que espero que ele se tenha sentido bem-vindo e que apesar, de facto, eventualmente a nossa experiência ao nível da dialética possa ser diferente. -----

---- Eventualmente eu terei maior experiência, penso que não se terá sentido humilhado nessa nossa conversa, nesse nosso diálogo, em que eu, se bem me recordo e corrija-me se eu estiver enganado, até o desafiei a dizer mais e expor mais do que eram as suas ideias, o seu conteúdo programático no âmbito da sua candidatura à Câmara Municipal de Vila Real. -----

---- Infelizmente, não tive oportunidade de fazer o mesmo com todos os candidatos à Câmara, nem todos tiveram essa disponibilidade. -----

---- Mas eu queria acrescentar o seguinte: eu compreendo aquilo que está a dizer e, de facto, naquilo que é a dialética própria de um espaço como este, por vezes, alguém que tenha menos experiência pode sentir-se, não me recordo exatamente quais foram as expressões que usou, mas pode sentir-se constrangido, humilhado, etc.. -----

---- A questão é esta: o cidadão que no exercício do seu direito e concordo consigo, ainda bem que é dado esse direito está previsto na lei, está previsto no nosso regimento, o cidadão que exerce esse direito de vir aqui usar da palavra e discorrer-se sobre aquilo que

entenda, permite o mesmo regimento e a mesma lei, que nós Deputados Municipais, qualquer um de nós gaste tempo igual para responder. -----

---- E depois aqui podemos entrar em conversa sobre estilos, eventualmente eu serei mais aguerrido, eventualmente eu serei mais assertivo, eventualmente, mas a pessoa que vem aqui falar merece sempre o meu respeito, mesmo discordando ou concordando merece sempre o meu respeito. -----

---- Em concreto, o cidadão a que se refere, Ricardo Fontes é um cidadão que também eu já conheço há algum tempo e que é, permita-me agora usar assim uma expressão muito generalista, é um político, não é um Membro da Assembleia Municipal, o PSD não decidiu inclui-lo na sua lista, mas é alguém que ao nível da sua Freguesia tem desenvolvido atividade política e bem, muitíssimo bem, é de enaltecer todos aqueles que ocupam todos os lugares. E estamos a falar no Concelho de Vila Real, cerca de seiscentos independentemente do partido. -----

---- Agora, quando o cidadão sobe a esta tribuna e usa do seu direito, previsto na lei e no regimento, usar da palavra tem que estar ciente que poderá haver um contraditório. E o contraditório pode ser de alguém que de facto é mais assertivo, é mais duro nas palavras, mas isso não significa que humilhe. -----

---- E há uma expressando que o PSD vai usando e eu vou usar agora também, do receio, do medo. Não tem que haver medo, o facto de eu vir aqui discordar de si ou concordar consigo. Tive hoje o gosto de felicitar o Deputado do Chega, penso que terá sido a primeira eventualmente uma das últimas vezes que aplaudi uma intervenção do Partido CHEGA, o qual até me deixou surpreendido. -----

---- Quando alguém sobe a esta tribuna corre o risco de ouvir concordâncias de ouvir discordâncias, de ouvir palavras mais duras, ouvir palavras mais suaves, do estilo de cada um dos Deputados, mas nunca no sentido de humilhar seja quem for. -----

---- E se alguém se sente humilhado, eventualmente será por falta de experiência. Espero que nenhum dos Senhores Deputados se sinta humilhado, eu nunca me sinto humilhado quando algum dos Senhores Deputados diz o que entenda sobre as minhas intervenções, sobre a minha pessoa até, de vez em quando acontece, é prática normal da democracia e da Assembleia Municipal. -----

---- De qualquer forma agradeço o seu pedido inicial de desculpas, que não era necessário. Eu percebi que não sabia que os Deputados também podiam responder aos cidadãos e não há problema nenhum. -----

---- Ao contrário do que dizia há bocado a Senhora Deputada do PSD o bruaá da sala é normal em qualquer Assembleia, quer a Assembleia da República, quer a Assembleia de Freguesia, passando pela Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** agradeceu e disse: também aproveitava para agradecer as palavras do Município Sérgio Ramos, muito obrigado pelas suas palavras, muito obrigado pela sua humildade aqui demonstrada, que também é uma lição de democracia, muito obrigado Sérgio por aquilo que proferiu aqui. -----

--- Quanto ao ser político e não ser político, sinceramente, naquilo que tenho lido sobre livros de educação política, ainda não descobri o que é ser ou não político. -----

--- Agora humilhar pessoas não, não se admite, faltas de educação na própria aceção da palavra exacerbadas enquanto ao seu significado também não. -----

--- Estamos aqui para discutir ideias e é isso que nós defendemos e é isso que nós procuramos estabelecer. -----

--- É evidente que esta intenção, esta relação tem de ser biunívoca, tem de ser de quem as diz e tem de ser de quem as responde. -----

--- Se há coisa que me incomoda é realmente ver discussões muito exacerbadas, muito acesas, mas também é fruto da minha própria inexperiência. Muito obrigado, bem-vindo a esta Assembleia está e estará sempre aberta a quem quiser usar da palavra, para dizer bem ou dizer mal, muitas vezes a dizer mal também se aprende bastante. Muito obrigado.

---- Muito obrigado a todas e a todos por mais uma sessão da Assembleia Municipal, muito obrigado pela forma como decorreram os trabalhos e desejo-vos um bom regresso a casa e uma boa noite para todos. -----

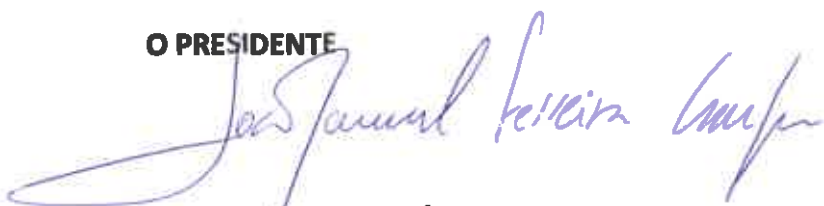
--- Concluídos os assuntos desta Assembleia e anunciada a leitura da minuta da Ata da Sessão Ordinária pelo Senhor Primeiro Secretário, a qual, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

#### **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, eram zero horas e trinta minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois. --

--- A presente ata vai ser assinada, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 57º do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do artigo 79º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Real, aprovado na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de Junho de dois mil e dezoito. -----

**O PRESIDENTE**



**O PRIMEIRO SECRETÁRIO**



**A SEGUNDA SECRETÁRIA**

